

Maio/Junho 1981

Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 12
próMemória

Madeira-Mamoré

a velha ferrovia está de volta



José Leme Galvão

Eram exatamente 8 horas e 45 minutos da manhã do dia 5 de maio passado quando a locomotiva Baldwin número 15, fabricada no Estados Unidos em 1941, rebocando 3 vagões, estacionou no pátio da Estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), em Porto Velho, procedente de Santo Antônio do Madeira. Estavam oficialmente reativados os 8 primeiros quilômetros da "Ferrovia do Diabo", desativada há quase 10 anos, mais precisamente em 19 de setembro de 1972, data em que a Diretoria da EFMM recebeu o Ofício número 300/79 DF assinado pelo engenheiro-chefe do 7º Distrito Ferroviário, Glaucio Benévolo, determinando, por ordem do governo federal, a erradicação da ferrovia, considerada anti-econômica na época.

A reinauguração deste pequeno trecho da EFMM - a ferrovia cobria aproximadamente 366 quilômetros, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia - marcou o início do cumprimento da proposição contida no documento final aprovado pelos participantes do Seminário Madeira-Mamoré, realizado em novembro do ano passado em Porto Velho, numa promoção conjunta SPHAN/Pró-Memória e Governo do Território Federal de Rondônia. Durante 4 dias - de 26 a 29 de novembro - o encontro reuniu num dos galpões situados no pátio da Estação da EFMM dezenas de ex-ferroviários, representantes de entidades de classe locais, do Governo de Rondônia, das prefeituras de Porto Velho e Guajará-Mirim, das administrações de localidades ao longo da linha férrea, do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, além de técnicos da SEAC, CNDU, GEIPOT, SUDECO, Rede Ferroviária Federal e da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (SPHAN nº 9, pág. 11).

Ao final do Seminário, uma posição era unânime: a velha Madeira-Mamoré precisa voltar a funcionar não só por representar "um legado histórico, social e cultural de incomensurável valor para a região e a nação - como afirma em um dos seus trechos o documento final - mas também, e principalmente, diante de expressivos serviços que a ferrovia poderia prestar à sócio-economia da região, tais como a reintegração das comunidades situadas ao longo da via férrea; o escoamento da

produção agrícola dos projetos existentes no Vale do Guaporé, Iata, Vila Nova e Sidney Girão; o transporte de gado, borracha, cassiterita e castanha da Bolívia, da castanha de Guajará-Mirim, Fortaleza do Abunã e Acre, do ouro da região de Mutum-Paraná, de produtos hortifrutigranjeiros e outros". Isso tudo sem falar na política nacional de transportes que tem recomendado a substituição de rodovias por ferrovias, diante da experiência brasileira e do problema energético mundial. Reativada, a EFMM abre, ainda, a possibilidade de ser utilizada como transporte urbano e interurbano para a população.

A VOLTA DA MADEIRA-MAMORÉ

Já nas primeiras horas da manhã do dia 5 de maio era grande o movimento na Estação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, às margens do rio Madeira, em Porto Velho. Grande número de populares, emocionados, assistiu à chegada da locomotiva 15 à Estação, transportando autoridades, convidados, ex-ferroviários e familiares. A locomotiva, rebocando 3 vagões, percorreu o trecho de 8 quilômetros de Santo Antônio do Madeira, onde primeiro se tentou estabelecer o ponto de partida da EFMM, até Porto Velho.

Às 8 horas e 45 minutos, após a viagem de meia hora ao longo do rio Madeira, entre carcaças de locomotivas e vagões abandonados, com

a floresta à direita, a velha 15 chegou à Estação sob os aplausos dos presentes, espocar de foguetes, toques de sinos e apitos. Estava reaberta oficialmente a EFMM em seu primeiro trecho reconstruído, que a princípio será utilizado com finalidades turísticas, constituindo-se em um museu vivo deste importante passo da história regional e brasileira.

Minutos antes da chegada da locomotiva, a banda da Polícia Militar executara o Hino Nacional, enquanto um ex-ferroviário hasteava a bandeira brasileira, dando início às festividades.

Já no palanque armado ao lado da sede da Estação, o ex-ferroviário Jokeid da Silva, num breve pronunciamento, saudou os que participaram da viagem inaugural e os presentes à festa ressaltando a importância da reativação da EFMM para Rondônia e o país. Falou, ainda, do grande esforço da comunidade para "fazer a ferrovia andar" e agradeceu o apoio dado pelo Governo do Território, "que tornou o nosso sonho realidade".

Em seguida, o Secretário da Cultura do MEC e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Aloísio Magalhães, destacou o significado da volta da EFMM para a vida nacional. "Não existirá um nação forte, não existirá uma nação verdadeiramente harmoniosa se não soubermos reintegrar na vida de hoje os componentes pretéritos que nossos antepassados firmaram debaixo de luta e sofrimento", afirmou Aloísio Magalhães, lembrando o papel desempenhado pelo marechal Rondon



A estação no dia em que a ferrovia foi reativada

José Leme Galvão



O teste da "cegonha"...



... das máquinas da oficina ...



... e o reparo dos vagões.



A viagem inaugural ...



... entre carcaças de locomotivas ...



... e de vagões.



O trem chega a Porto Velho ...



... encerrando a viagem ...



... sob aplausos dos presentes.

no desenvolvimento da região e sua integração ao país. No dia 5 de maio, Rondônia comemorou, também, a passagem do aniversário de Rondon, que se estivesse vivo estaria completando 116 anos.

Em seu pronunciamento, o Secretário da Cultura do MEC ressaltou a bravura dos que construíram a EFMM: "antes de nós, muitos sofreram e se sacrificaram, muitos morreram no sacrifício de fazê-la possível". Disse, ainda, da importância da reativação da EFMM para o patrimônio cultural brasileiro e agradeceu ao Governador Jorge Teixeira de Oliveira por seu empenho na recuperação da EFMM e à comunidade de Rondônia pelo seu esforço em ver a ferrovia funcionar novamente.

Por sua vez, o Governador Jorge Teixeira reafirmou o seu compromisso de levar em frente a recuperação da EFMM e anunciou a vinda de uma máquina de Tubarão, em Santa Catarina, para ser utilizada na continuação dos trabalhos. Jorge Teixeira disse, ainda, que o Governo de Rondônia, a partir daquele momento, iria se empenhar na reativação do segundo trecho, de Santo Antônio do Madeira até a Fortaleza do Abunã. Como o Secretário Aloísio Magalhães, o Governador prestou homenagem aos que morreram durante a construção da ferrovia, em fins do século passado e início do atual, e dedicou a eles e à população de Rondônia a reabertura da estrada. "Muitos foram prematuramente, dando a vida pela estrada", afirmou Jorge Teixeira, lembrando, ainda a dedicação dos ex-ferroviários, cuja participação, segundo ele, foi decisiva para a reativação da EFMM. Pediu a continuação dos esforços entre o Governo e a comunidade para que a ferrovia possa ser recuperada em toda a sua extensão.

Ainda no palanque, foi feita a apresentação do Grupo de Coordenação Técnica para a Restauração do Patrimônio da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cuja criação estava prevista no documento final do Seminário realizado em novembro do ano passado em Porto Velho, e que tem por objetivo elaborar um programa de trabalho que implementa, no momento, as recomendações do encontro, articulando organismos direta ou indiretamente envolvidos na reativação da EFMM, bem como a comunidade, e indicando os meios necessários à execução das me-



A eleição de Joventino(d)

didadas propostas. O Grupo é constituído por representantes da Secretaria da Cultura e da Fundação Pró-Memória, Governo de Rondônia, Prefeituras de Porto Velho e Guajará-Mirim (ponto final da estrada, à margem do rio Mamoré na fronteira com a Bolívia), SUDECO, Instituto dos Arquitetos do Brasil - seção Rondônia, Instituto Histórico e Geográfico do Território, Ministério dos Transportes e de Joventino Ferreira Filho, um ex-ferroviário livremente eleito por seus companheiros para representar a categoria.

CONVÊNIO

Após a apresentação do Grupo Técnico, o Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, e o Governador Jorge Teixeira assinaram um convênio que visa a recuperação, preservação e utilização dos bens culturais situados no Território de Rondônia, com ênfase à EFMM e ao Forte Príncipe da Beira, na divisa com a Bolívia, construído durante a primeira metade do século XVIII. Segundo o convênio, a realização das ações, no que se refere à EFMM, deverá pautar-se pelas orientações do



A assinatura do convênio

documento final resultante do Seminário, que reúne o conjunto de recomendações de curto, médio e longo alcance, para a reintegração da ferrovia no contexto de sua influência. O convênio é um dos resultados do trabalho desencadeado pela equipe da SPHAN/Pró-Memória responsável pelo projeto "Memória Histórica da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré".

Para que os objetivos do convênio sejam alcançados, as partes envolvidas deverão agir em conjunto no sentido de fazer, entre outros trabalhos, um inventário geral e pormenorizado do patrimônio da EFMM, o qual se constitui do solo, bens móveis e imóveis e do arquivo documental referente às administrações desde 1907 até hoje, e reintegrar ao patrimônio da ferrovia bens que se encontram em poder de terceiros. Será executado, também, um recolhimento sistemático da documentação e fontes de pesquisas sobre o passado da EFMM, sua operação, desativação e a atual retomada dos propósitos para sua reintegração na sócio-economia local, com edição do material correspondente a estes levantamentos.

O convênio prevê, ainda, uma promoção de iniciativas no sentido da divulgação mais ampla dos vários aspectos de interesse da EFMM, visando a atribuir maior importância a seu papel no contexto da história do Brasil, e, também, o desenvolvimento, em conjunto com a comunidade, de formas de devolução dos resultados do trabalho, e de planos alternativos para a utilização do acervo ferroviário.

Em um nível mais geral, pretende-se a consolidação de uma legislação a nível de Território sobre a preservação do patrimônio histórico, cultural, ecológico e ambiental da região e a realização de estudos para o tombamento de bens móveis e imóveis de interesse cultural e sua consequente restauração e conservação.

No momento, a 1ª e a 7ª Diretorias Regionais da SPHAN/Pró-Memória (com sedes em Belém e Brasília, respectivamente), juntamente com a equipe responsável pelo projeto Madeira-Mamoré, estão realizando estudos para o tombamento dos bens imóveis da EFMM e assessorando a implantação da legislação de proteção do acervo ferroviário. Estes trabalhos estão sendo desenvolvidos em conjunto com os órgãos oficiais de Rondônia, en-

Roberto Castello

José Leme Galvão

tidades locais e comunidade. Além de fotografias, a memória da EFMM está sendo documentada através de uma série de vídeo-cassetes, cuja elaboração tem a participação de alunos e professores como pesquisadores. Os *tapes* serão exibidos em circuito fechado nas escolas de Porto Velho e municípios de Rondônia, bem como em circuito aberto para todo o Território. O primeiro vídeo-cassete já está praticamente pronto e deverá ser exibido em julho.

MUSEU

Como parte das comemorações da reativação da EFMM, o Governador Jorge Teixeira e o Secretário da Cultura do MEC foram convidados a descerrar a placa alusiva ao acontecimento e a inaugurar o Museu Rondon, montado em um dos galpões da Estação. O museu reúne grande número de peças ferroviárias, inclusive a velha locomotiva número 12, a "Coronel Church", no-

me dado em homenagem ao coronel norte-americano George Earl Church, que, em 1872, idealizou a ferrovia. A máquina foi a primeira a chegar à Amazônia, trazida para Rondônia pela firma P.T. Collins, em 1878. A locomotiva participou da inauguração de 6 quilômetros de linha em 1879, tendo tombado na ocasião; posteriormente foi recuperada e utilizada em 1912, quando da inauguração da EFMM. Após a desativação em 1972, a locomo-

Pequena história da ferrovia

O Território Federal de Rondônia deve a sua existência à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que, durante 60 anos, foi o esteio do desenvolvimento e progresso da região. Marco decisivo da colonização de Rondônia, a EFMM foi idealizada em 1872 pelo coronel norte-americano George Earl Church, que, dois anos antes, obteve do Brasil a concessão para construir a ferrovia, através de sua empresa, a Madeira and Mamoré Railway. Para tanto, Church contratou a construtora britânica Public Works e contraiu empréstimos europeus. Dez meses depois, o pessoal abandonou o local das obras, deixando para trás todo o material e nenhum metro de trilho implantado: logo que chegaram em 1872, operários e engenheiros contratados pela companhia perceberam que a região era inóspita e de difícil habitação. Não resistiram e muitos morreram vitimados pelas febres, má alimentação e condições climáticas.

A construção da ferrovia durou mais de 6 anos, após as frustradas tentativas nos anos de 1872, 1874, 1878 e 1883. Somente depois da assinatura do Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia, em 1903 - que pôs fim ao litígio de fronteira entre os dois países pela posse do atual Estado do Acre - a conclusão da EFMM pode ser levada a termo, no ano de 1912.

A ferrovia foi concebida como fator de integração regional e de intercâmbio comercial entre o Brasil e a Bolívia e teria como principal função contornar o trecho encachoeirado do rio Madeira, para permitir o escoamen-

to fluvial dos produtos de exportação da Bolívia e da Amazônia brasileira. Cinco empresas estiveram envolvidas na construção da EFMM, nas sucessivas tentativas. Milhares de operários de diversas nacionalidades trabalharam nas obras da estrada; muitos morreram. Segundo historiadores, mais de 1000 homens tombaram, vítimas das más condições de trabalho, das febres e dos fatores climáticos. Muitos não resistindo à dureza dos trabalhos, desertaram e nunca mais foram vistos, tragados pelas selvas. Mais de 80 pessoas faleceram quando um navio norte-americano, carregado de trabalhadores e materiais naufragou. Tantas foram as tragédias que envolveram o empreendimento que a EFMM passou a ser conhecida no mundo inteiro como a "Ferrovia do Diabo".

Desde o século XVII, a Bolívia, sem saída para o mar, já alimentava o projeto de construir uma via de comunicação com o Brasil, que lhe desse acesso ao rio Amazonas e daí ao Atlântico, por onde escoaria seus produtos de exportação. Também ao Brasil, que vivia a época áurea da borracha, interessava uma saída que superasse o obstáculo representado pelas corredeiras do Madeira. Além disso, possuía razões políticas para buscar um estreitamento das relações comerciais com a Bolívia: se fosse garantida a saída da Bolívia através do Brasil, estaria garantida também a influência política e econômica sobre o país vizinho.

Em 1861, Brasil e Bolívia concretizaram a idéia da construção da

ferrovia ao longo do Madeira. Foi a Bolívia quem conseguiu do Brasil a concessão para que o coronel Church construísse a EFMM, mas a tentativa falhou. Em 1874, chegou ao local das obras a Dorsay & Caldwell, norte-americana, que também não levou a termo a empreitada. A P.T. Collins veio em seguida e chegou à falência. Parecia impossível aos estrangeiros construir uma ferrovia em plena selva.

Após muitas mortes de engenheiros e operários, o Brasil decidiu assumir a responsabilidade de concluir a ferrovia. Por fim, no dia 1º de agosto de 1912, a EFMM era inaugurada. Neste ano eclodiu a crise da borracha no país, e, a partir daí, a estrada entrou em declínio. Em pouco tempo, tornou-se deficitária, com crescentes prejuízos. Diante da situação, a 10 de julho de 1931, o governo brasileiro resolveu nacionalizar a EFMM, assumindo o seu controle e todos os prejuízos.

Em 1972, ocorre a desativação, o acervo da EFMM começa a se deteriorar, pois não houve nenhuma preocupação no sentido de preservá-lo. Em 1979, o Governo Federal decide vendê-lo, a comunidade de Porto Velho e instituições ligadas ao patrimônio reagem e passam a contar com o apoio do Governo de Rondônia. O edital de concorrência para compra é susgado. As autoridades do Território assumem publicamente o compromisso de reativar a EFMM, durante o Seminário realizado em Porto Velho. A "Ferrovia do Diabo" finalmente está de volta.

tiva permanecia nas dependências do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, de onde foi removida para o museu, ganhando nova pintura nas cores originais.

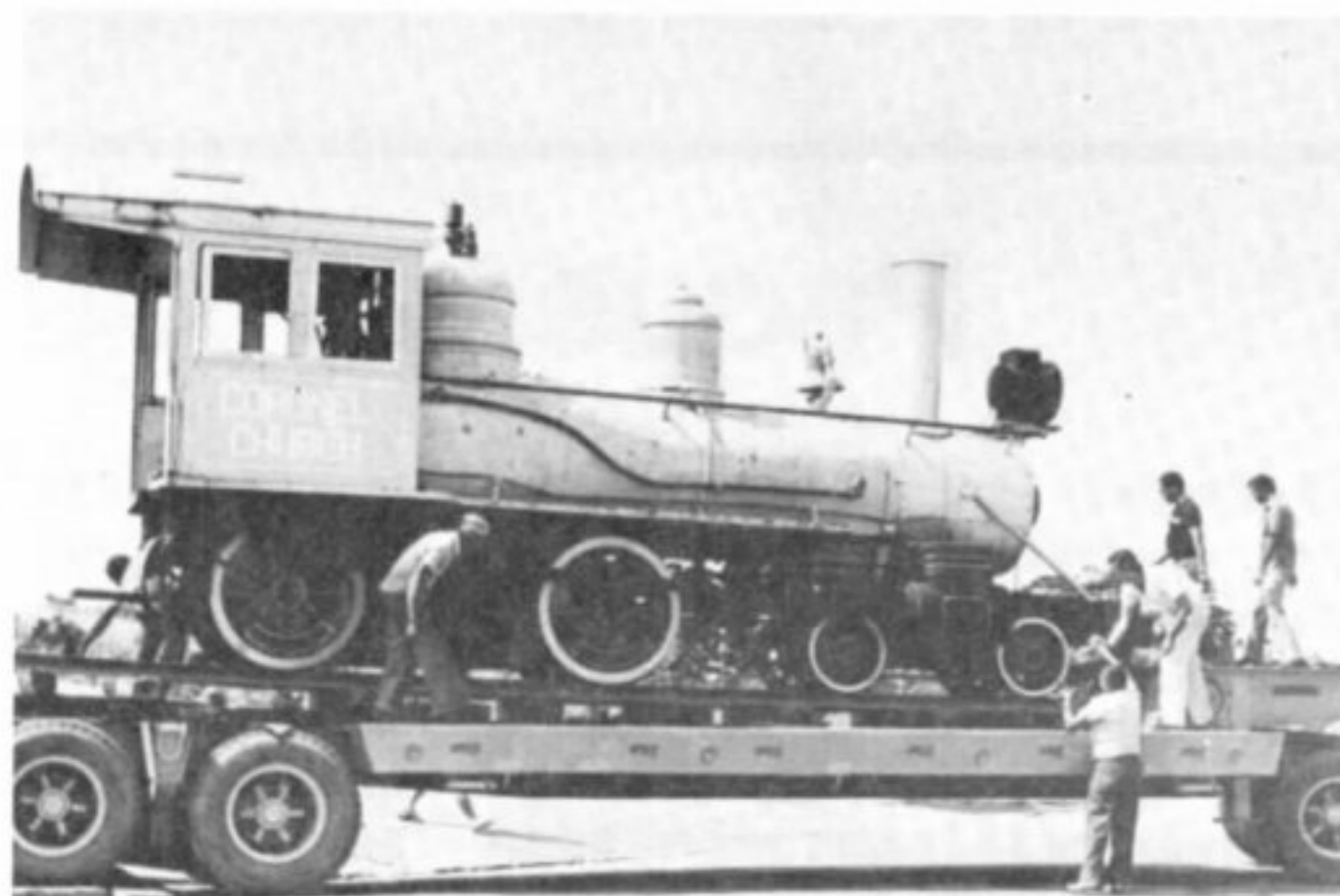
“O museu existia com um acervo muito pobre na Estação de passageiros de Porto Velho”, contam os organizadores do museu. “Para enriquecer o acervo, desencadeamos campanhas jun-

da comunidade, que, dias antes de 5 de maio, participaram ativamente do preparo da Estação para receber o trem: o prédio da sede da Estação foi totalmente recuperado em sua construção original, os galpões foram limpos, a locomotiva número 15 e os vagões por ela rebocados receberam toda a assistência mecânica de uma equipe de ex-ferroviários na oficina da

faz parte, também, um documentário sobre a EFMM, realizado em 1962, é doado pela Fundação Pró-Memória no dia da reativação da ferrovia. O filme foi exibido, no galpão onde está o museu, para os presentes às comemorações do histórico dia 5 de maio de 1981, imortalizado nos versos de Joaquim Barbosa, um dos mais antigos funcionários da EFMM:



A “Coronel Church” sai do 5º BEC...



.. é colocada numa carreta...



... que a transporta ...



... até o museu da estação

Fotos: José Leme Galvão

to à comunidade, para que aqueles que possuíssem qualquer material relacionado à estrada, o doasse ao museu. Fomos atendidos. Viajamos várias vezes ao longo da ferrovia, coletando peças jogadas ao léu e as trouxemos para Porto Velho. Agora, é nossa intenção levarmos todo o material repetido para o museu de Guajará-Mirim, que vai funcionar na Estação daquela cidade”.

A montagem do museu contou com a efetiva colaboração de pessoas

Estação. Coube aos antigos funcionários da EFMM Manuel Soares da Silva (maquinista), Carrol Von Olton Denny (foguista), Zacarias Alves de Queiroz (auxiliar de foguista) conduzirem o trem na viagem inaugural de Santo Antônio do Madeira a Porto Velho. Na composição 2 (de substituição) participaram os ferroviários Jorge Queiroz da Silva, Moisés Theodoro Lemos e Raimundo Nascimento.

Do acervo do Museu Rondon

Acendeu a luz divina,
no dia do trabalhador,
desde o reino imperial,
esta máquina a vapor,
só do reino de Oxalá
e da Virgem de Nazaré,
alegria de nossa terra,
a Madeira-Mamoré.
Avante povo de fé,
como nosso governador, não há,
falamos ao mundo inteiro,
a Madeira-Mamoré vai funcionar.

Pará tem recursos para restaurar monumentos

O mais amplo conjunto de obras de conservação e restauração do patrimônio histórico da região Norte deve começar dentro de algumas semanas: a SPHAN/Pró-Memória já destinou recursos para essa finalidade e está sendo agora aberta a licitação para execução dos trabalhos. Os principais deles são a restauração da Igreja de Santo Alexandre, de Belém, hoje em más condições, do Convento dos Mercedários, severamente danificado por um incêndio em 1979, e da Igreja da Madre de Deus, matriz da vila pescadora de Vigia, a 120 km da capital paraense.

A floresta retratada em Santo Alexandre

Hoje interditada para restauração, a Igreja de Santo Alexandre tem mais de 250 anos. Em seu lugar, atualmente um canto de quadra junto à Praça Frei Caetano Brandão, no coração do velho centro de Belém, fora levantada em 1616 um pequena ermida dedicada a São Francisco Xavier. Na virada do século começou-se a construção da igreja, que seria sagrada em 1719.

Apesar de duas restaurações que a mutilaram em parte, nos anos de 1760 e 1900, Santo Alexandre ainda apresenta quase integralmente sua feição original. E por isso mesmo é considerada um dos principais monumentos históricos da região. É uma igreja barroca, mas de um barroco em que não se vêem folhas de acanto, cachos de uvas, aves e querubins do paraíso.

Pelo contrário, o que se vê em Santo Alexandre é algo de amazônico: seus construtores, jesuítas, preferiram refletir os pássaros, os frutos da floresta próxima. Ao mesmo tempo, a igreja contém notáveis trabalhos de talha, nos púlpitos e no altar-mor.

Desmontados há pouco mais de dez anos, os púlpitos e o altar-mor foram inteiramente recompostos em 1979 e 1980, em trabalho extremamente paciente conduzido por especialistas da DR/SPHAN do Recife. Várias de suas peças, perdidas no tempo, precisaram ser refeitas; outras, restauradas. Estão

Na verdade, essa é a primeira vez que se torna possível investir maior volume de recursos na preservação do patrimônio histórico e cultural do Norte do país. O interesse da atual administração da SPHAN pela região, porém, já fora mostrado há quase dois anos, com a criação da Diretoria Regional sediada em Belém. Foi a própria DR, com a colaboração de órgãos estaduais e municipais quem preparou o plano de conservação e restauração de bens culturais da área, a ser executado no biênio 1981-82.



Santo Alexandre ainda apresenta sua feição original

Arquivo SPHAN

agora em seus lugares originais, na igreja vazia, à espera das obras.

Estas deverão começar pela substituição do forro atual e pelo conserto do telhado. O forro original, pintado, desapareceu em uma das reformas anteriores. Em seu lugar, substituindo a estrutura lá colocada há alguns anos, ficará um forro artesanal.

Em uma segunda etapa dos trabalhos serão renovadas as instalações elétricas - hoje obsoletas, apresentando até risco de incêndio - a sacristia e as galerias. Será recuperada ainda a imaginária que, na falta de especialistas

em Belém, precisará ser enviada ao Recife ou ao Rio de Janeiro.

Para essa segunda etapa falta ainda uma definição sobre o uso que terá São Alexandre. É possível que volte a ser usada para o culto. A Arquidiocese de Belém, a quem pertence a igreja, tem, porém, o projeto de criar um museu de arte sacra, que nela se instalaria. E é possível também que venha a ser uma sala para concertos. No momento, a Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória e a Secretaria da Cultura mantêm conversações com a Arquidiocese a respeito.

Mercês, uma paciente reconstrução

Mais uma vez, foi um incêndio. Em 1978, o Convento dos Mercedários, um conjunto do século XVIII que dá frente para a praça Visconde do Rio Branco, no centro de Belém, foi quase inteiramente destruído pelo fogo. No velho prédio, tombado em 1941, funcionava a Delegacia da Receita Federal. Dele restam, hoje, as grossas paredes e a portada; telhados e piso foram inteiramente destruídos, assim como as esquadrias e todo o revestimento interno.

A Igreja de Nossa Senhora das Mercês, ao lado do Convento, pouco sofreu. Apesar de trazer a data de 1640 na fachada, fora construída em 1754, quarenta anos antes da expulsão dos mercedários que a colocaram de pé. Já passou por trabalhos de restauração e atualmente não apresenta problemas maiores.

O Convento, porém, precisará de um paciente trabalho. A SPHAN/Pró-Memória começará pela reconstrução do telhado, recuperando as abóbadas de tijolos e barro hoje expostas. Posteriormente, as obras alcançarão as esquadrias, pisos e forros, em uma fase prevista para 1982. No momento, o Serviço de Patrimônio da União estuda a transferência do prédio, ainda vinculado à Receita Federal, para a SPHAN/Pró-Memória, que deverá instalar em parte dele a sede da Diretoria Regional, sendo o restante cedido à Universidade do Pará, para abrigar o Centro Cultural, onde serão desenvolvidas atividades de dança, música e teatro.

Madre de Deus, orgulho de Vigia

Um terceiro trabalho de importância já empreendido pela Diretoria é a recuperação da Igreja da Madre de Deus, na cidadezinha pescadora de Vigia, a 120 km de Belém. Igualmente construída pelos jesuítas, foi sagrada no mesmo ano que a Igreja de Santo Alexandre.

Sua fachada também se parece com a de Santo Alexandre, em especial pelas grandes volutas que ambas apresentam em seu frontispício. As semelhanças, porém, acabam aí. As plantas das duas igrejas são completamente diversas, assim como sua estrutura. Madre de Deus é vista, contudo, como um monumento de extrema significação social. Afinal, mesmo nos dias de hoje a igreja se realça grandemente na construção humilde, pequena da cidade. É de se imaginar, portanto, o que representava há duzentos anos.

Mais do que isso, Madre de Deus marcou a vida da cidade. Atualmente, Vigia - a Vigia, chamam-na seus moradores - se orgulha de suas tradições culturais e literárias. Essas tradições, na verdade, se originaram precisamente na igreja, em que, tão logo concluída, instalaram-se cursos de língua latina e filosofia.

Majestosa com sua ampla fachada e suas colunas laterais, a Igreja da Madre de Deus reúne igualmente um precioso acervo, a começar por um Cristo do século XVIII que se encontra na sacristia. Estão também na sacristia dez telas da Vida de Nossa Senhora, cobrindo inteiramente a parede dos fundos.

Duas das telas, porém, já desapareceram. As pinturas do teto começam a estragar-se pela ação da umidade. O grande Cristo já foi atacado por cupins. Contra esses males, a Igreja da Madre de Deus, durante boa parte de sua vida, só teve a defendê-la a ação da comunidade, que nela tem seu centro.



Madre de Deus reúne precioso acervo

Vigia registra, afinal de contas, uma longa história de conflitos entre párocos e paroquianos. No século passado, a população chegou a expulsar o vigário Pennafort, padre francês que segundo a tradição derretia objetos de ouro e prata para fazer arreios para seu cavalo. Foi conduzido ao Rio e embarcado de volta. Apesar dessa constante vigilância, a igreja já sofreu graves descaracterizações. Arquitetos que a examinaram recentemente consideram comprometidos o forro, a cobertura, o piso - substituído por ladrilhos na década de 40 - e até mesmo um dos altares.

O trabalho inicial da SPHAN/Pró-Memória será a reforma do telhado. Embora não seja original, o teto atual poderá ser mantido. A seguir serão recompostas as esquadrias e portadas: muitas delas, danificadas pela ação do tempo ou afetadas pela acomodação do solo, estão hoje fora de esquadro. Igualmente se dará atenção à estrutura da igreja, que apresenta rachaduras e avarias menores, das quais algumas reparadas há algum tempo.

CULTURA

Uma preocupação extra da 1ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória refere-se precisamente às tradições culturais de que Vigia tanto se orgulha. A verdade é que a proximidade com a capital do Estado e com a BR-116, assim como a atração representada pelo mercado de produtos industrializados, está atingindo essas tradições.

Já são poucas as moradoras que dedicam seu tempo à cerâmica e hoje se prefere usar vasilhas de alumínio aos potes antes por elas confeccionados. Da mesma forma, está ameaçada a continuidade dos trabalhos dos artesãos que, em estaleiros primitivos, constroem os barcos locais típicos, as *vigilengas*. Com um desenho próprio, característico, as *vigilengas* são construídas à mão, em madeira, por especialistas capazes de preparar sem cálculos os moldes necessários. Também eles não contam com seguidores e as previsões, feitas pela própria população, são de que esses estaleiros tendem a desaparecer se algo não for feito.

SPHAN restaura casa doada por Mário de Andrade ao Patrimônio

Está prevista para julho a conclusão das obras de conservação executadas pela 8ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória na Casa do Sítio do Padre Inácio, em Cotia, e na Residência e Capela do Sítio Santo Antônio, em São Roque, municípios próximos à capital paulista. Após o término dos trabalhos, é intenção da 8ª DF realizar exposições temporárias nesses monumentos com o propósito de melhor orientar os frequentes visitantes e interessados em geral, bem como, com a criação de um núcleo inicial de atividades, dinamizar o uso e a divulgação do acervo cultural paulista.

Construída no início do século XVIII, a Casa do Padre Inácio é um exemplar significativo da arquitetura paulista dos primeiros séculos da colonização portuguesa. A Residência e Capela do Sítio Santo Antônio - o mais antigo conjunto rural remanescente no planalto paulista (a casa é de meados do século XVIII) - chamou a atenção de Mário de Andrade logo na época da formação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.



Arquivo SPHAN

A restauração da Casa do Sítio de Santo Antônio estará concluída em julho

Mário de Andrade adquiriu o sítio, manifestando o desejo de doá-lo ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ali instalar um "retiro de artistas": a doação só foi efetuada por sua família, alguns anos após a sua morte.

Os monumentos foram restaurados pelo Patrimônio na década de 40;

entretanto, desde há algum tempo, vinham necessitando reparos e serviços de conservação, envolvendo sobretudo a recuperação da cobertura, o que exigiu o desmonte total e posterior montagem e reentelamento. O revestimento dos muros portantes de taipa de pilão foi recomposto, bem como o dos pisos, janelas e portas.

Museu da Lapa

Encontra-se em fase de conclusão a segunda etapa das obras de restauração da Casa de Câmara e Cadeia da cidade da Lapa, no Paraná, o único remanescente arquitetônico de tal tipo de edificação no Estado. No ano passado, foram executados os serviços de consolidação estrutural e recomposição da cobertura (IPHAN nº 5, pág. 14).

A presente etapa de obras, de complementação aos demais trabalhos necessários à plena reabilitação do monumento, possibilitará a criação, no local, do Museu David Carneiro e exposição do significativo acervo relativo à vida social, política e econômica municipal e regional.

As obras, executadas através da 8ª DR, envolvem a recomposição do



Arquivo SPHAN

Na Lapa, a última Casa de Câmara e Cadeia do Paraná

revestimento, pisos, forros, janelas e portas, bem como a execução de instalações complementares. Prospecções realizadas nas fachadas principais do edifício permitiram identificar elementos da construção original que se encontravam camuflados pelas reformas descaracterizadoras ocorridas recentemente.

O prédio, cuja construção foi concluída em 1868 por Francisco Thezozio Porto, possivelmente de acordo com projeto do engenheiro Frederico Guilherme Virmond, funcionou até as primeiras décadas deste século nas suas funções originais. Posteriormente, abrigou o Museu Municipal e, mais recentemente, a Escola Normal da cidade.

Conselho discute criação do Memorial Zumbi

Iniciadas em agosto do ano passado durante o *Seminário para a criação do Parque Histórico Nacional - Memorial Zumbi*, em Maceió (AL), as discussões sobre os planos para a implantação do Parque ganham agora maior impulso, com a efetivação, em abril último, do Conselho Geral, reponsável pela elaboração do projeto, estruturação e implementação do Memorial Zumbi. Concomitantemente com a eleição da Diretoria do Conselho foi aprovado o Regimento Interno da entidade, que define sua organização e estabelece as atribuições e competências de seus membros. Durante reuniões realizadas, nos dias 29 e 30 de abril passado, na sede da SPHAN/Pró-Memória, em Brasília, o Conselho aprovou seu Regimento Interno e por aclamação confirmou a eleição da sua Diretoria, tendo como presidente Olympio Serra e secretário Joel Rufino dos Santos. Durante estes dois dias, os membros do Conselho discutiram formas de agilizar a criação do Memorial Zumbi.

Integrado por 17 membros, o Conselho Geral conta com a participação de 10 representantes de entidades de cultura negra presentes no encontro de Maceió e de pessoas que possuem trabalho consequente em relação à situação do negro no Brasil, delegados das instituições oficiais envolvidas no pro-

jeto - Fundação Nacional Pró-Memória, Universidade Federal de Alagoas, Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior-CAPEs, Prefeitura de União dos Palmares e Governo do Estado de Alagoas-, além de um membro da comunidade negra de Maceió e um representante da comunidade da Serra da Barriga, local onde se estabeleceu no século XVII o centro do Quilombo dos Palmares.

Paralelamente, o Conselho Geral também prestará apoio ao Centro de Estudos Afro-Brasileiros, recentemente criado pela Universidade Federal de Alagoas, com sede na Casa de Jorge de Lima, em União dos Palmares.

Os conselheiros examinam, no momento, o tombamento do sítio histórico da Serra da Barriga, em União dos Palmares, local onde o Parque será implantado. O Conselho encaminhará à SPHAN um solicitação de tombamento da área, baseada em dados levantados pela Universidade Federal de Alagoas.

QUILOMBO DOS PALMARES

Com relação aos demais movimentos libertários brasileiros, Palmares ocupa lugar de destaque não apenas por ter sido pioneiro, por ter resistido por quase um século, mas também por

ter concretizado o ideal da pluralidade étnica, já que dele participaram, lado a lado, negros, índios e brancos. Daí, segundo o Conselho Geral, a importância de se criar um Parque que recupere e preserve a memória de Zumbi, um símbolo que transcende, no entender dos idealizadores do Memorial, a cultura negra e sintetiza as mais caras aspirações da nação brasileira de convivência e de liberdade.

Ainda de acordo com os organizadores do Parque Histórico Nacional - Memorial Zumbi, hoje em dia é praticamente universal a tendência em se reconhecer a pluralidade étnica-cultural como fator positivo e enriquecedor conceito de patrimônio cultural. Esse conceito, assim ampliado, permite que se busquem referências para o sistema nacional de identidade nas diferentes culturas em convívio, não se limitando apenas ao acervo da cultura dominante e por conseguinte a um padrão de identidade imposto.

“A aceitação de tal princípio - afirmam - constitui-se em um salto qualitativo, importante, sobretudo quando se está interessado em proteger, recuperar e preservar a memória nacional. No caso brasileiro, tal posição é extremamente inovadora, quando se considera que numerosos estudiosos trataram marginalmente os acontecimentos e fatos históricos que não refletiam a posição do Governo Central”. Dessa forma - concluem - “movimentos como os dos escravos em busca de sua liberdade, quando citados, aparecem em notas de rodapé, classificados como *revoltas de negros fugidos*”.

Dizem, ainda, os idealizadores do Memorial Zumbi: “neste esforço, é importante preservar não apenas as manifestações visíveis desta culturas, como também o conjunto de seus símbolos, particularmente suas ideologias, para que funcionem como referência para seus atuais representantes. Pretende-se, dessa forma, uma memória nacional presente, viva, renovando-se e associada ao contemporâneo. Um memória, enfim, que ganhe significado para a totalidade do povo brasileiro, passado e presente”.



O Conselho Geral elegeu a sua Diretoria

Arquivo SPHAN

Meta de ex-ferroviários é levar a Madeira-Mamoré até Guarajá-Mirim

Foi o mesmo que tivesse morrido alguém da família. Uma tristeza... "Nas palavras do ex-ferroviário Jokeid da Silva, aposentado em 1965 por motivo de acidente de trabalho, foi assim que a população de Porto Velho e arredores recebeu, em 1972, a notícia da desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) por ordem do Governo Federal, que considerou a ferrovia anti-econômica na época. Jokeid, 25 anos de serviços prestados à EFMM - lá começou em 1940 como motorista chegando à mestrança e, após o acidente, deslocado para trabalhar no escritório - era um dos muitos ex-funcionários da ferrovia presentes no pátio da Estação, em Porto Velho, na histórica manhã do dia 5 de maio de 1981, data em que a velha Baldwin número 15, procedente de Santo Antônio do Madeira, chegou à Estação apitando e soltando fumaça, anunciando a reativação da "Ferrovia do Diabo".

A Madeira-Mamoré voltou para ficar.

A meta agora é levá-la até Guajará-Mirim, como antigamente.

Esta era a opinião unânime entre ex-ferroviários que, eufóricos e emocionados, prestaram depoimentos, apresentados a seguir em forma de entrevista.

Nas palavras de Jokeid da Silva, Joventino Ferreira Filho, Silas Shockness, Joaquim Barbosa e Heráclito Rodrigues um pouco da história da estrada, intimamente ligada à história de suas próprias vidas.

O que representa para o Território a volta da Madeira-Mamoré, depois de quase 10 anos de desativação e total abandono?

Joventino - Para nós, ex-ferroviários, e comunidade, a realização de um velho sonho. A ferrovia significava nosso sustento, da família, e sua desativação foi sentida nos bolsos de todos que dela dependiam. Eu sou filho do ex-ferroviário Joventino Ferreira do Nascimento, hoje falecido. Cresci vendo essa estrada em plena atividade. Como filho de ferroviário, minha opção de trabalho, como de tantos outros companheiros, também era a ferrovia, onde comecei como aprendiz de motorista na garagem de auto-linha. Posteriormente, fui deslocado para o escritório da Madeira-Mamoré, onde exerci as funções de servente, escriturário, datilógrafo e auxiliar do engenheiro Andrade, chefe da via permanente durante muitos anos.

Isso tudo, até chegar a chefe da via permanente no tempo da Rede Ferroviária Federal, em 1963. Em 1964 fui para a Junta Diretora do Amazonas, mas sempre com a vida ligada à estrada. Durante esses anos todos, meus companheiros e eu servimos à Madeira-Mamoré com satisfação e garra. Demos tudo o que poderíamos dar de nós à estrada. A sua reativação só nos traz alegria e muita emoção. O povo de Porto Velho e os que moram ao longo da linha não se cabem de contentamento. Meus companheiros e eu tivemos a oportunidade de verificar essa satisfação durante visitas que fizemos a essas localidades. Para Rondônia, que quer se transformar em Estado, a reativação da Madeira-Mamoré será de grande importância econômica, pois vai significar fretes mais baratos para os produtores, isso sem falar na economia de combustível.

Heráclito - A reativação da Madeira-Mamoré significa uma ressurreição para todo o Território, como também para a Bolívia, porque a nossa estrada de ferro era um transporte internacional, no escoamento dos produtos e entrada de mercadorias dos principais países da América e Europa. A desativação da Madeira-Mamoré significou a estagnação da emancipação desta terra, que sonha em ser Estado. Essa transformação teria ocorrido há mais tempo, se a estrada estivesse funcionando. Para a comunidade, a volta da ferrovia é de grande significado, pois representa a realização de um velho sonho. Pessoalmente, penso do mesmo jeito, pois trabalhei durante 35 anos ininterruptos na Madeira-Mamoré. Estou aposentado desde 1966, e hoje estou aqui emocionado, vendo a estação repleta como nos velhos tempos.

Silas - Eu não tenho palavras para expressar o contentamento do povo com a volta da Madeira-Mamoré. Uma coisa que nos impressiona é o engajamento de todos pela total reativação da ferrovia, inclusive de pessoas de fora. A volta da estrada vai possibilitar o povoamento das localidades que ficaram estagnadas ao longo da linha. Agora, elas vão ressurgir, assim como os sítios dos pequenos agricultores, que foram obrigados a abandonar suas terras devido à falta de transportes. Eu sou filho de ex-ferroviário, que veio da colônia inglesa de Granada, daí o sobrenome estrangeiro. Comecei a trabalhar na estrada em 1945 como aprendiz, depois passei a ajudante e a operário de 2ª classe. Dirigi a seção de solda elétrica e o saguão de caldeiras. Atualmente, estou afastado por licença especial por 1 ano, mas não aposentado, quer dizer, continuo com a vida ligada à estrada. A desativação da Madeira-Mamoré foi uma tristeza para a família ferroviária. Todo mundo aqui chorou, porque as locomotivas vieram no fechamento todas acesas ao longo da linha. Elas foram chegando para a Estação apitando. Aquilo foi a coisa mais triste que eu vi em toda a minha vida. Não acreditava no que via. Para mim foi a maior satisfação quando começou-se a falar que a estrada seria reativada. Fui solicitado por meus companheiros para a gente trabalhar pela reativação da ferrovia. Não pensei duas vezes, apesar dos meus quase 60 anos de vida...

Joaquim - A reativação da Madeira-Mamoré é um orgulho para mim e todo o povo da região, que renasce com a volta do trem. Eu nasci no Rio Grande do Norte, mas vim para cá com minha família aos 4 meses de idade e por aqui fui ficando. Não conheci pai, pois quando nasci ele já era falecido. Não resistindo às adversidades no Rio Grande do Norte, minha mãe resolveu vir com a família para Porto Velho que, na época, era um pequeno povoado. Fiquei amando esta terra como uma aproximada mãe; a Porto Velho devo toda a minha existência, foi onde eu recebi a água que bebi e o pão que me alimentei. Fui servente da Estação da Madeira-Mamoré durante longos anos e chorei quando a estrada foi desativada. A minha emoção com a volta do trem é demais. Eu comparo a ressurreição da ferrovia à de Lázaro e comparo a sua construção a um tesouro soterrado, que agora aflora...

Jokeid - Meu trabalho na Madeira-Mamoré começou em 1940 como motorista de 3ª classe, passando pela 2ª chegando à 1ª classe. Cheguei à mestrança nível 13, quando sofri um acidente. Recuperado, passei a trabalhar em serviços de escritório, coordenando as oficinas, dando assistência às máquinas. Devido à saúde abalada resolvi aposentar em 1965, quando ainda tinha mais alguns anos de tempo de serviço. Sofri o acidente em 11 de fevereiro de 1955, quando no Km 39 a automotriz Brasil que nos conduzia chocou-se com um trem de serviço parado na linha. Foi um choque tão violento, que a automotriz ficou montada no engate do vagão. Fiquei em estado de coma durante 8 dias no Hospital São José. Um outro colega, auxiliar de motorista da automotriz, levou um baque na espinha dorsal, vindo a falecer no dia seguinte. Saindo do hospital, passei uns dias em casa e depois foi para São Paulo, onde fiquei internado durante 12 dias no Hospital de Sorocabana. Depois voltei para o trabalho, ficando lotado no escritório. Mesmo depois de aposentado não abandonei a estrada. Vinha sempre aqui e assisti à desativação da ferrovia. Não queira saber. Em todo o longo da linha, como aqui em Porto Velho, foi uma tristeza. Foi o mesmo que tivesse morrido uma pessoa da família. Daí, você pode imaginar como nós estamos nos sentindo hoje. É como se o ente queri-

do tivesse ressuscitado...

Agora, a estrada está reativada até Santo Antônio do Madeira; o trecho, apesar de significativo, é pequeno. A Madeira-Mamoré vai voltar a funcionar em toda a sua extensão de cerca de 366 quilômetros?

Silas - Acredito piamente. Aliás, esta é a meta de todos nós: Governo, ferroviários e comunidade. A estrada precisa voltar a funcionar até Guajará-Mirim, pois ela significará uma grande força para o futuro Estado de Rondônia, para seu povo e sua economia. Já estamos, inclusive, começando a preparar pessoas daqui mesmo para assumirem a operação da estrada. É pensamento nosso orientar o pessoal mais novo, funcionando como multiplicadores de experiência de ex-ferroviários. Por aqui, tem muitos filhos de ex-funcionários da ferrovia interessados em aprender a lidar com as máquinas. É com esse pessoal, que já fez cursos de mecânica no SENAI, que vamos trabalhar. E mais o pessoal da antiga que ainda não aposentou e continua na ativa, lotado no Departamento de Estrada de Rodagem. Acredito que deve existir uns 30 funcionários que ainda estão trabalhando. Então, essas pessoas e os aposentados vão auxiliar o preparo da gente nova daqui mesmo, pois trazer gente de fora ficaria muito dispendioso. Com o pessoal preparado, poderemos *pendurar as chuteiras...*

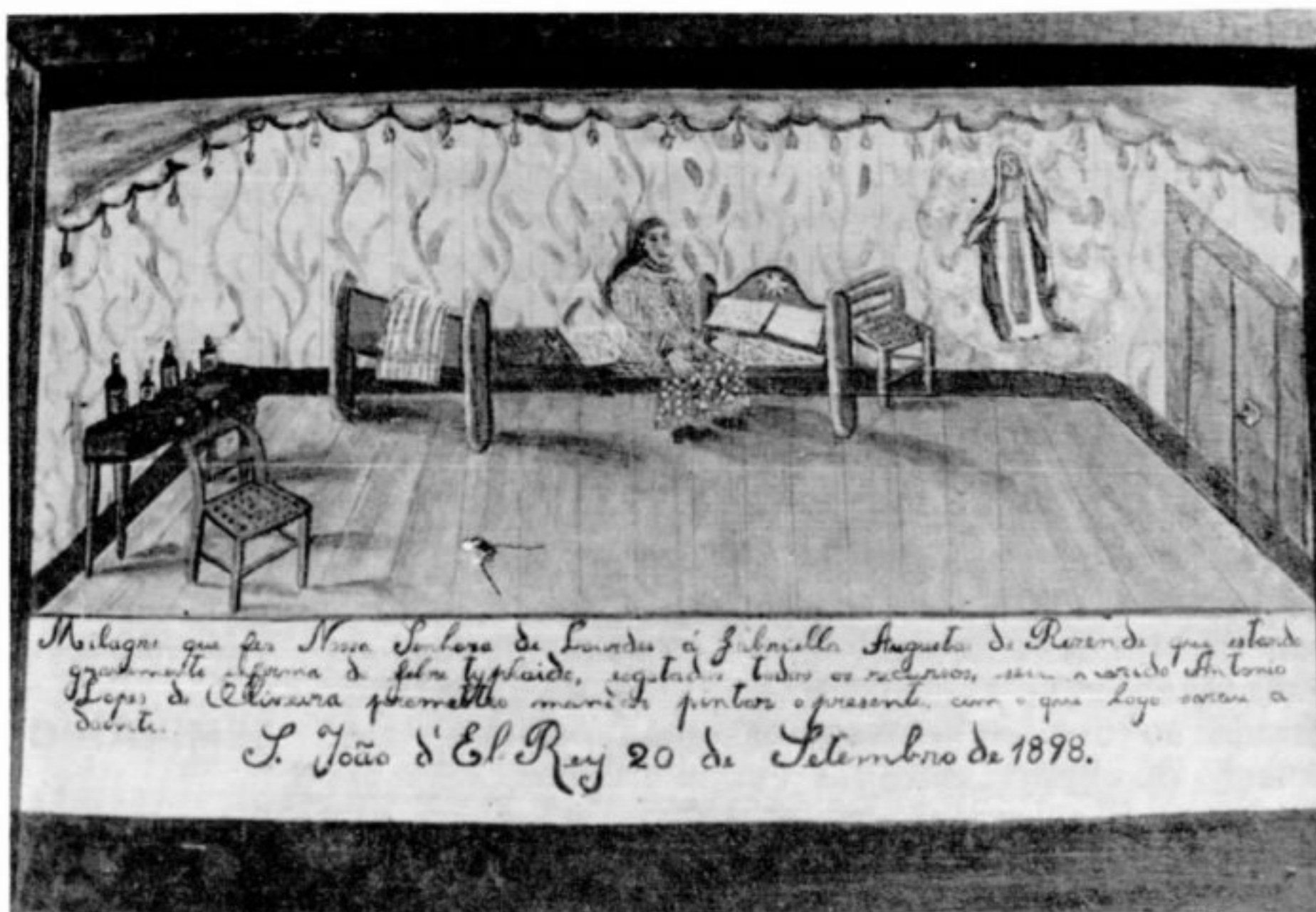
Joventino - Disposição de levar a Madeira-Mamoré até Guajará-Mirim a classe ferroviária tem. Mas sem o apoio das autoridades governamentais vai ficar difícil. Precisamos contar com os recursos do Ministério dos Transportes, da Rede Ferroviária Federal e até da própria Presidência da República, para a continuidade dos trabalhos de reativação da Madeira-Mamoré. Se não nos faltarem recursos financeiros, humanos e materiais, acredito que dentro de uns dois anos a ferrovia chegará a Guajará-Mirim. O Governo de Rondônia já se comprometeu a recuperar a linha até Abunã, o que será um grande passo. Creio no total reativação da Madeira-Mamoré, pois ela será de grande valia futuramente, quando o Território se transformar em Estado. A volta da ferrovia vai possibilitar o ressurgimento das localidades ao longo da linha e pequenos sítios, cujos donos abandona-

ram quando da desativação da estrada. Isso vai fortalecer a economia da região, o transporte vai baratear em relação ao que está hoje com o uso da rodovia. O combustível está caro, o que encarece demais o transporte, e quem acaba por pagar esse preço é o pobre, que compra gêneros alimentícios a preços elevados.

Joaquim - Eu, pessoalmente, creio na total reativação da Madeira-Mamoré. Todos nós estamos empenhados em levá-la até Guajará-Mirim. Acho que pela boa vontade dos Governos Territorial e Federal não faltarão recursos para que os trabalhos prossigam. A recuperação da ferrovia não vai custar muito dinheiro, pois ela já tem um piso, o que facilitará a colocação de novos trilhos nos lugares mais destruídos pela ação do tempo e, principalmente, pela despreocupação em preservá-la, o que correu para a deterioração que se seguiu à sua desativação em 72. Rondônia, com a volta da Madeira-Mamoré, vai tomar um grande impulso, esteja certo. Não tenho nada contra a construção de rodovias, mas, para mim, rodovia é monopólio de petróleo. Aqui, nós temos a floresta, que, sem devastação, vai alimentar com sua lenha as caldeiras das locomotivas. Pessoal para colocar a estrada em funcionamento não vai faltar. Aqui, nós temos desde o maquinista até o mecânico, um corpo técnico completo, capaz de operar uma estação ferroviária.

Heráclito - A Madeira-Mamoré nunca deveria ter sido desativada. Foi um atraso para o Território, que, hoje, tranquilamente, já seria Estado, se tal medida não fosse tomada. A desativação da ferrovia significou a estagnação da economia da região, que sem um transporte adequado sofreu violento retrocesso. A rodovia não satisfaz de maneira nenhuma o transporte de cereais, materiais e, inclusive, produtos bolivianos que transitam por nosso Território. Por isso, tenho fé na reativação da Ferrovia até Guajará-Mirim. Parece-me que autoridades finalmente acordaram...

Ex-votos de volta a Congonhas



Fotos: Arquivo SPHAN

Entre as cidades brasileiras, Congonhas, em Minas Gerais, talvez possa ser considerada como excepcionalmente bem dotada no que diz respeito à consciência de seu patrimônio cultural. Em Congonhas está um dos mais expressivos conjuntos de arquitetura barroca, constituído pela Basílica do Senhor do Bom Jesus, tendo em seu adro os célebres profetas em pedra-sabão esculpidos por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, bem como suas cenas da paixão de Cristo, em madeira, dispostas nas seis capelas em frente à igreja.

O nome da cidade provém de uma planta abundante na região. Antes se chamava Congonhas do Campo. Seus primeiros habitantes foram os portugueses que, por volta de 1700, povoaram a Vila Real de Queluz, hoje a cidade de Conselheiro Lafaiete. Eles seguiram a bandeira de Bartolomeu Bueno na tarefa de explorar o ouro da região do rio Paraopeba. Entre esses aventureiros havia um, de nome Feliciano Mendes, que, depois de muitos anos de trabalho, adoeceu gravemente e, ficando impossibilitado de continuar na extração do ouro, prometeu ao Senhor Bom Jesus do

Matosinhos dedicar-se a seu serviço, caso lhe fosse restituída a saúde.

Curado, Feliciano Mendes começou a recolher esmolas para a construção de uma igreja, cuja obra iniciou-se em 1757. As obras continuariam por muitos anos. Mendes morreu em 1765.

Anos depois, Aleijadinho, Manoel da Costa Ataíde e outros artistas completariam o trabalho com suas maravilhosas criações em escultura e pintura.

E hoje, séculos depois, o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos continua a receber, na semana do Jubileu, que vai de 7 a 14 de setembro, centenas de romeiros que ali vão pagar as promessas que fizeram, agradecer as graças alcançadas, muitas vezes através de deixar, na Sala dos Milagres do templo, os ex-votos que prometeram fazer em troca dos milagres recebidos.

Esta prática, que já dura três séculos, é um testemunho da fé do povo brasileiro e uma de suas mais autênticas manifestações culturais, além de ter gerado, ao longo de tantos anos, uma fantástica coleção de objetos, pinturas, etc. que são os ex-votos.

Foi exatamente uma coleção desses ex-votos, abrangendo peças que vão desde o século XVIII até nossos dias, que acaba de ser devolvida à Sala dos Milagres do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos. Na verdade, trata-se de 89 peças, pintadas, das quais 49 encontravam-se guardadas pela própria Basílica e as outras 40 foram adquiridas, em 1979, pelo Banco do Brasil, nas mãos de um colecionador, por interveniência do Centro Nacional de Referência Cultural, órgão que hoje faz parte da Fundação Nacional Pró-Memória. (IPHAN 2, p.5 e 6). A devolução dos ex-votos corresponde ao espírito que presidiu o trabalho de reconquista de Congonhas, iniciado em 1957 por um grupo de restauradores da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este grupo corrigiu a intervenção de "melhoria" erroneamente adotada anteriormente à ação do órgão, substituindo-a pela orientação de redescobrir a feição primitiva dos monumentos daquela cidade mineira. Assim, a Pró-Memória cumpre, com a devolução dos ex-votos a seu lugar de origem, a filosofia de seu trabalho, baseada na concepção de que a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio, já que este lhe pertence de direito.

Antes de serem devolvidos à comunidade, todos os 89 ex-votos foram objeto de um cuidadoso trabalho de restauração, empreendido pelo CECOR-Centro de Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Além disto, a 10 de dezembro do ano passado, o Conselho Consultivo da SPHAN efetivou o tombamento de toda a coleção que, assim, passou a fazer parte de direito, como já o era de fato, do patrimônio nacional, ganhando, com isto, melhores condições de preservação. (SPHAN 9, p. 15 e 16).



Arquivo SPHAN

A assinatura do convênio e do termo aditivo

SEMINÁRIO

Precedendo o ato de devolução, foi realizado em Congonhas, durante três dias, um seminário denominado "Patrimônio e identidade cultural: devolução dos ex-votos a Congonhas", que contou com a participação de técnicos da Pró-Memória, da Coordenadoria de Cultura de Minas Gerais, do IEPHA/MG, do CECOR, da Prefeitura Municipal de Congonhas, e de antropólogos, historiadores, arquitetos, restauradores, educadores, além da presença da comunidade local, representada por diversos de seus segmentos. O seminário discutiu os seguintes temas: "Romarias. A Festa do Jubileu. Os ex-votos. A extinta casa dos romeiros e sua função."; "O acervo patrimonial de Congonhas: sua proteção e integração à dinâmica do presente."; "Manifestações culturais em Congonhas: fazeres, festas religiosas, festas tradicionais e outras manifestações culturais da comunidade" e "Centro artístico e cultural de Congonhas. Seus objetivos." Além disto, no dia 29 de junho, foram assinados um convênio entre a Prefeitura Municipal de Congonhas, o Estado de Minas Gerais, a Secretaria da Cultura do MEC e a Fundação Nacional Pró-Memória, com o objetivo de desenvolver atividades integradas na área da cultura e a definição das bases de cooperação mútua entre as partes; e um termo aditivo a este convênio, com vistas especificamente à adesão da Arquidiocese de Mariana, no que se refere à devolução do ex-votos. Os documentos foram assinados, na escadaria do adro da Basílica do Bom Jesus de Matosinhos, pelos senhores Francelino Pereira, Governador do Estado de Minas Gerais; Aloísio Magalhães, Secretário da Cultura do MEC e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória; Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana; Altair de Souza Ferreira Júnior, Prefeito de Congonhas.

Transporte urbano e a questão do patrimônio

Como implantar sistemas de transportes urbanos em núcleos históricos do país sem que tal intervenção cause danos irreparáveis ao patrimônio que estas áreas representam? A questão é preocupante, visto que, se por um lado, transporte é condição essencial para a elevação da qualidade de vida das comunidades, por outro lado, não se pode atender a esta necessidade das populações em prejuízo de áreas de valor artístico, histórico e cultural espalhadas em capitais e cidades brasileiras.

Torna-se, portanto, indispensável adequar programas de circulação e transporte aos objetivos de preservação do patrimônio. Compreendendo o problema, a SPHAN e o Ministério dos Transportes, através da EBTU-Empresa Brasileira de Transpor-

tes Urbanos, passaram a manter estreitos contatos no sentido de equacionar a questão. Esse sistema contínuo de informações a respeito de iniciativas e projetos de circulação e transporte em núcleos históricos foi formalizado, em janeiro deste ano, com a assinatura de um protocolo de cooperação técnica entre a SPHAN e EBTU, estabelecendo as normas do trabalho conjunto desenvolvido pelos dois órgãos (SPHAN nº 10, pág. 13).

O protocolo tem dado bons resultados, havendo um perfeito entendimento entre os técnicos das duas instituições. Esta constante troca de conhecimentos está contida no texto que segue, elaborado pelo titular da pasta dos Transportes, Ministro Eliseu Resende.

O patrimônio histórico das cidades brasileiras é rico e vem sendo objeto de preocupação do Governo Federal, no sentido de preservar a memória nacional.

Em regiões metropolitanas, como as do Recife e Salvador, estão concentrados acervos do período barroco brasileiro, de importância mundial; outras, como a do Rio de Janeiro, possuem marcos representativos da história do país. O mercado de Ver-o-peso, em Belém, e a Estação da Luz, em São Paulo, são monumentos que falam do nosso passado.

Nossas capitais e muitas de nossas cidades presenciaram o desenrolar da história do país e preservam importantes legados, como é o caso de Olinda e Ouro Preto, esta hoje transformada em monumento mundial.

Dentre as suas atividades, o Ministério dos Transportes tem investido em programas de transportes urbanos, com o objetivo da melhoria de fluidez do tráfego nas cidades, do atendimento das necessidades de transporte das populações e a consequente elevação dos níveis de vida. Estes investimentos, que incluem sinalização, mudanças no traçado de vias e interseções, pavimentação, medidas para o incentivo ao uso do transporte coletivo, entre outras, operam importantes intervenções nas áreas urbanas, com consequências sobre a utilização do seu espaço e os hábitos das suas populações.

Localizadas, frequentemente, nos setores mais importantes das cidades, as áreas de valor histórico também sofrem a influência daquelas interven-



Mãe de Lourdes Castro

Ouro Preto terá transporte adequado

ções. Nesse sentido, a política de transportes urbanos tem, como diretriz, a integração com os programas de conservação do patrimônio histórico. Isto já vem sendo observado, a nível local, quando da realização de projetos, através do trabalho conjunto das equipes responsáveis pelo planejamento dos transportes e pela preservação do patrimônio. Desta forma, as intervenções na malha urbana e no sistema de transportes não geram interferência negativa na conservação dos nossos monumentos e nossas áreas históricas.

A nível federal, a EBTU-Empresa Brasileira de Transportes Urbanos já tem um protocolo de cooperação técnica com a SPHAN-Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proporciona o intercâmbio de conhecimentos e técnicas entre as duas áreas. Através deste protocolo, criaram-se condições, ainda, para que

os aspectos concernentes à preservação do patrimônio histórico sejam considerados, adequadamente, na programação dos recursos destinados a transportes urbanos e nas atividades de análise dos projetos.

Assim, todo o plano de circulação para a cidade de São Luís, no Maranhão, englobando, inclusive, a sinalização, estacionamentos e criação de ruas de pedestres, está compatibilizado com o programa de revitalização do centro da cidade, uma área de notável valor histórico, onde existe importante conjunto de prédios de arquitetura colonial brasileira. Comportando 50 quarteirões, o centro histórico de São Luís caracterizou-se como o grande pólo comercial do Estado, podendo-se dizer que, ainda hoje, representa a personalidade e a alma da cidade.

Em Ouro Preto, desenvolve-se um estudo específico de transporte urbano, através de uma equipe mista de técnicos da SPHAN e do GEIPOT-Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. Esta experiência está sendo estendida, igualmente, para a cidade de Mariana. Em Belém e Cuiabá, foi promovida a revisão de seus planos diretores de transporte urbano, com o objetivo único de preservar e valorizar as áreas históricas.

Fica evidenciada, assim, a preocupação do Ministério dos Transportes em compatibilizar a política de transportes urbanos com outras políticas setoriais, sempre buscando a melhoria da qualidade de vida das populações das nossas cidades e a melhor integração com o seu ambiente.

Comunidades participarão do processo educacional

A partir do ano que vem, a Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura-SEC/MEC vai executar um projeto visando a interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país. O projeto será implantado prioritariamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contará com o apoio financeiro do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE e terá a participação de unidades federais e de órgãos supervisionados e vinculados da SEC/MEC.

O projeto terá por objetivo principal proporcionar meios para a comunidade participar em todos os níveis do processo educacional, através da integração às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem que tenham origem no repertório cultural regional e local. A intenção do programa, portanto, é fazer com que as ações educativas absorvam o conteúdo das culturas específicas a que se dirigem e que sejam geradas e operacionalizadas com a participação da comunidade. Desta forma, garante-se que o processo de apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade, criando, ao mesmo tempo, condições para haver sincronia entre as dinâmicas cultural e educacional, esta sempre balizada por aquela.

Segundo a SEC/MEC, a meta do projeto deverá ser atingida através do desenvolvimento de ações voltadas, principalmente, para os seguintes marcos referenciais: apoio à participação da comunidade no processo educacional; estímulo à participação das comunidades na realização de levantamentos e inventários de suas específicas manifestações culturais; utilização do teatro, cinema, música, literatura, artes plásticas, museus, casas históricas e outros, na geração e operacionalização de situações de aprendizagem; desenvolvimento de projetos exemplares relacionados com o objetivo do projeto; instrumentalização de recursos humanos que atuam junto às agências de ponta das áreas educacional e cultural; e utilização do espaço escolar para o desen-

volvimento de atividades culturais pela comunidade. As ações serão desenvolvidas observadas as realidades específicas de cada região onde o programa será implantado, para que cada comunidade explicita o fazer educacional que lhe seja adequado.

Ao final de uma reunião realizada em Brasília, em junho passado, os secretários estaduais de Educação e Cultura elaboraram um documento, onde apóiam o projeto da SEC/MEC, ao apontar a necessidade de intensificar a participação comunitária na identificação e solução de suas necessidades educacionais, na formulação, execução e avaliação de projetos, sem que isto implique simples transferência de responsabilidades governamentais à comunidade ou na criação de serviços educacionais de qualidade inferior.

CULTURA/EDUCAÇÃO

A idéia de se implantar um programa nos moldes da proposta da SEC/MEC surgiu a partir da experiência atualmente em desenvolvimento numa escola do distrito-sede do município pernambucano de Tracunhaém - o projeto Cultura e Educação, idealizado por uma equipe de pesquisadores da SPHAN/Pró-Memória e há um ano em execução naquela cidade da Zona da Mata pernambucana. O "Cultura e Educação" servirá de projeto-piloto para o programa a ser executado pela SEC/MEC a partir do próximo ano. Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido em Tracunhaém não será copiado nas regiões onde se pretende implantar a proposta da Secretaria da Cultura, pois se incorreria no erro de se privilegiar um determinado tipo de atuação, dificultando, dessa forma, a meta principal do projeto, que é a de se conseguir um efetivo trabalho comunitário em educação.

Segundo o projeto Cultura e Educação, somente uma abordagem cultural - aquela que se relaciona com a totalidade da vida societária da comunidade - é o tratamento que cria condições para que cada comunidade explicita o fazer educacional que lhe seja adequado.

O objetivo perseguido pelos dois

projetos é o mesmo, qual seja, o de proporcionar meios para a comunidade participar em todos os níveis do processo educacional, a partir dos valores próprios desta comunidade em particular. Em matéria de educação básica, segundo explicitam os programas, é necessário atribuir a devida importância aos diferentes contextos culturais existentes no país, com os quais as ações educativas devem iniciar um processo de interação. Dessa maneira, o espaço educativo onde se processa a aprendizagem deve ser o espaço de interação das diferentes culturas que compõem o universo cultural brasileiro hoje. Esta é a idéia que, de acordo com a SEC/MEC, deverá nortear as ações que visem a melhorar a produtividade dos sistemas de ensino - tais como a elaboração de novos currículos, a introdução de novas metodologias de ensino, a aperfeiçoamento de docentes, a elaboração de materiais didáticos, a implantação do programa de merenda escolar e a ampliação ou implantação de serviços de supervisão.

TRACUNHAÉM

O trabalho até agora desenvolvido em Tracunhaém, dentro do projeto Cultura e Educação, se prende a uma primeira fase eminentemente prospectiva. Em uma segunda fase iniciada conjuntamente com a primeira deverão ocorrer ações que conduzirão ao envolvimento da comunidade num procedimento experimental de integração de elementos de sua cultura em atividades curriculares. As informações obtidas neste período são consideradas em um processo cumulativo de busca de conhecimento, que conduzirão a maneiras abrangentes e compreensivas de apreender a cultura local.

As ações estão sendo desenvolvidas por pesquisador (agente) da SPHAN/Pró-Memória, que desde julho do ano passado está em Tracunhaém apreendendo a dinâmica sócio-econômica e cultural da comunidade, bem como suas articulações com o processo educacional a nível da escola. O convívio permanente do pesquisador com os habitantes de Tracunhaém tem favorecido a apreensão mencionada, uma vez que vem se pautando por uma grande assimilação do modo de vida da cidade, o que acarreta, deste modo, que o mesmo mais facilmente se aproxime dos diversos segmentos e fazeres daquela sociedade.

Casa da Princesa abriga museu de Pilar de Goiás



A Casa da Princesa, onde o museu está instalado



A Casa de Câmara e Cadeia será utilizada pelos jovens

Fotos: Miguel Freire

A Casa da Princesa, também conhecida como a Casa de Rótulas e Forro Pintado, em Pilar de Goiás, abriga agora o Museu Casa Setecentista, que está sendo organizado pela própria comunidade. Através da exposição de documentos e peças antigas, artesanato e quaisquer outras manifestações culturais da região, a população de Pilar de Goiás pretende transformar o museu num organismo vivo, expressão cultural da localidade. O espaço da Casa da Princesa será utilizado, ainda, para a realização de reuniões, encontros e demais atividades comunitárias.

O imóvel - um raro exemplar da arquitetura do Ciclo do Ouro em Goiás - foi aberto, juntamente com a Casa de Câmara e Cadeia, no dia 28 de junho passado, véspera do encerramento da tradicional Festa do Divino de Pilar de Goiás.

As duas casas foram restauradas pela SPHAN/Pró-Memória, através da 7ª Diretoria Regional, que, acatando sugestões da comunidade, definiu os novos usos dos imóveis. A Casa de Câmara e Cadeia - considerada a menor do país e, até 1971, usada em suas antigas funções - será agora utilizada pelo Clube de Jovens da cidade, para a realização de atividades sócio-culturais.

Durante a solenidade de entrega das casas, foram assinados termos de compromisso entre a SPHAN/Pró-Memória e representantes da comunidade, definindo a utilização e a manutenção

da Casa da Princesa e da Casa de Câmara e Cadeia, que, como todo o conjunto arquitetônico e paisagístico de Pilar de Goiás, foram tombadas, em 1954, pelo antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, diante da necessidade de preservar a memória de importante período da história do Brasil.

DEVOLUÇÃO

Dias antes da abertura das duas casas, uma equipe da SPHAN/Pró-Memória deslocou-se de Brasília até Pilar de Goiás, para, juntamente com pessoas da comunidade, ultimar os preparativos da solenidade de entrega dos imóveis. A colaboração da comunidade foi total; a participação intensa, tanto na montagem da exposição de fotografias na Casa de Câmara e Cadeia, reunindo fotos da restauração desta e mais da Casa da Princesa e da Casa de Rótulas da rua da Matriz, quanto na preparação da Casa de Forro Pintado, onde a solenidade foi realizada.

Na noite de sábado, quando do hasteamento da bandeira do Divino na praça da cidade, em frente à Matriz de Pilar de Goiás, foi projetado o filme "Papuan" (designação de uma espécie de capim da região), que aborda a Pilar de Goiás de hoje e de ontem, na fala de pessoas da comunidade. A projeção contou com grande assistência, e foi realizada após a procissão, a missa e o show de fogos de artifício.

Todos acompanharam com interesse o desenrolar da fita, comentando o que acontecia na improvisada tela de lençol branco fixado na parede de uma das casas da praça.

Após a projeção, o pessoal seguiu para o clube da cidade, onde o baile já estava bastante animado (a Festa do Divino é comemorada durante 10 dias). Um conjunto executava músicas sertanejas, samba e forró. A animação varou a madrugada.

No dia seguinte, domingo pela manhã, praticamente toda a cidade se fez presente na Casa da Princesa, para a solenidade de devolução dos imóveis à comunidade. A mesa foi composta e deu-se início à solenidade. Ao mesmo tempo, homens e mulheres preparavam um churrasco no quintal da casa. Foi lida uma carta endereçada à população de Pilar de Goiás, assinada pela diretora da 7ª DR da SPHAN/Pró-Memória, Belmira Finageiv, que não pode comparecer por motivo de saúde. Na carta, a 7ª DR agradece a todos os que trabalharam na restauração dos imóveis e aos que hoje os mantêm em perfeitas condições.

Seguiram-se discursos, e, ao som da música de um trio sertanejo, foram assinados os termos de compromisso para a utilização e manutenção da Casa da Princesa e da Casa de Câmara e Cadeia. Como responsável pela primeira, assinou Sebastião Venâncio Xavier Neto, contador fiscal do Estado de Goiás,

enquanto Divino Teófilo da Silva, conhecido pelo apelido de Carú, assumiu a responsabilidade pela integridade e conservação da Casa de Câmara e Cadeia.

Ambos são filhos de Pilar de Goiás e lá radicados. Os dois foram escolhidos pela comunidade, em reunião realizada semanas antes da abertura dos imóveis.

restauradas e catalogadas, para em seguida, serem expostas. O acervo do museu será engrossado pela própria comunidade, através de doações e empréstimos de peças e documentos. Como o objetivo é transformar o museu em um organismo vivo, dinâmico, um painel da história, dos fazeres de Pilar de Goiás, lá estarão expostas as mani-

mória, através da 7ª DR em convênio com a Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento-SUPLAN, empresa do Governo do Estado de Goiás. A Casa de Câmara e Cadeia foi beneficiada com obras gerais. A casa possui dois pavimentos de 6m x 6m cada um: um cômodo no térreo - a enxovia - e outro no sobrado - a câmara. O

Marcus De Lamonica



A comunidade se fez presente na abertura das casas

RETOMADA

Sebastião falou da importância de um museu para a cidade e contou como a comunidade pretende organizá-lo "O museu tem grande significado para Pilar, pois, através dele, poderemos mostrar não só a nossa cultura, como também da região, que é muito rica em manifestações populares, em tradições". Segundo Venâncio, "Pilar foi perdendo, ao longo dos anos, muito do que ela tinha para mostrar. Hoje em dia, o acervo histórico e cultural da cidade está espalhado por Goiás e outros Estados. Pouca coisa aqui ficou". Agora, disse ainda, "é hora da retomada da história de Pilar". E explicou como o museu será organizado: "a nossa meta é trazer de volta para Pilar o que pertence de direito à cidade. Através de contatos com museus de Goiás e de outros Estados, vamos tentar transferir peças, documentos que daqui saíram. Acharmos que este é o melhor caminho para que Pilar recupere a sua memória, a sua história".

O museu já conta com muitas peças doadas pela Matriz de Pilar de Goiás, pertencentes à antiga igreja que desabou pelos idos de 1929. Entre estas peças estão cruzeiros, oratórios, velhas arcos, um sino e uma imagem de São Benedito em madeira. Todas elas serão

festações culturais da comunidade. Através da exposição, Pilar espera recuperar e nunca mais perder a sua memória.

INTEGRAÇÃO

Assim como a instalação do Museu Casa Setecentista, a destinação da Casa de Câmara e Cadeia ao Clube de Jovens foi recebida com aplausos pela população de Pilar de Goiás, "particularmente pela moçada daqui", como expressou Carú, um dos responsáveis pela organização do clube e até pouco tempo seu presidente. "Agora - disse - temos o espaço que necessitávamos para as nossas promoções. A nossa intenção - acrescentou - é tornar o clube uma entidade útil à comunidade, no sentido de integrá-la através da participação do jovens".

A SPHAN/Pró-Memória, dentro do solicitado, prestará assistência e orientação, por meio de sugestões e apoio material, tanto na organização do museu quanto nas atividades promovidas pelo Clube de Jovens. "Qualquer ajuda será sempre bem-vinda", salientou Carú.

RESTAURAÇÃO

As obras de restauração dos imóveis foram realizadas pela SPHAN/Pró-Me-



Em discurso, Venâncio destacou a importância do museu

acesso à câmara se faz por escada externa e através de um alçapão chega-se à cadeia. Na atual restauração, com vistas a facilitar a utilização da casa foi aberta uma porta de acesso à enxovia, por baixo do patamar de chegada ao pavimento superior.

No projeto de adaptação da Casa da Princesa para o museu houve a preocupação em proteger o forro pintado das salas da frente, consertando goteiras com folhas de zinco. O forro, em tons esmaecidos pelo tempo, testemunha a nobreza da construção, que se destaca com suas janelas guarnecidas pelas já famosas "rótulas de Pilar"



Arquivo SPHAN

Nas rótulas, uma das riquezas de Pilar

Florianio Miranda

EM ESTUDOS, FONTES DE RECURSOS PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

Uma equipe especialmente designada pela SPHAN/Pró-Memória está desenvolvendo, no momento, um levantamento detalhado de todas as linhas de financiamentos, compreendendo programas e sub-programas, dos diversos órgãos oficiais de crédito, em especial o Banco Nacional de Habitação, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Brasil. O objetivo do estudo é o de identificar fontes alternativas de recursos para os órgãos de proteção do patrimônio atualmente em atividade no país.

No caso da Caixa Econômica Federal, a equipe já estudou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS gerido e administrado por aquela entidade, e as orientações para a sua utilização estão sendo encaminhadas às diversas Diretorias Regionais da SPHAN/Pró-Memória. Futuramente, tais orientações também serão enviadas aos demais órgãos que lidam com patrimônio no país.

IAB/RJ PREMIA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE VASSOURAS



IAB/RJ

O projeto *Novo Uso - Sobrado Neoclássico - Vassouras 1850/1980*, de Carlos Porto e Leila Beatriz Silveira, foi distinguido por unanimidade pelo júri da XVIII Premiação do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio de Janeiro (IAB/RJ), na categoria *Conservação, Restauração ou Valorização do Acervo Arquitetônico, Histórico ou Paisagístico*. Além do prêmio do tradicional concurso anual do IAB/RJ, o júri também por unanimidade, concedeu ao trabalho o Prêmio Rodri-

go Mello Franco de Andrade.

Segundo o parecer do júri, publicado na revista *Projeto* do IAB/RJ (março/abril de 1981), "o trabalho de restauração valorizou um antigo prédio, recuperando-o para o pleno uso atual, realçando-se a adequada integração de novos elementos construtivos pela qualidade dos acabamentos e detalhes acrescentados à obra com esmero e cuidado. A iniciativa - de acordo com o júri - merece destaque ainda pelo que representa como instrumento de preservação de nosso patrimônio arquitetônico. Adaptar antigas construções a novos usos abre imensas possibilidades ao fraco arsenal hoje disponível na recuperação, manutenção e valorização do nosso acervo arquitetônico".

Restaurado, o sobrado, localizado na área tombada de Vassouras, serve agora de agência bancária e residência do gerente. De uso misto, residencial e comercial, ali funcionou o Banco Comercial e Agrícola, inaugurado em 1857. Quando foi iniciado o trabalho de levantamento arquitetônico, o imóvel estava ocupado por um bar/restaurante e uma sorveteria no térreo e por um hotel no andar superior.

Conforme os autores do projeto, o sobrado apresentava "alterações evidentes da planta original, acréscimos e puxados, substituição de pisos e esquadrias. A escada original de acesso ao pavimento superior tinha sido demolida e usava outra externa e grosseira que arrombava a fachada lateral do prédio. A última porta à direita da fachada da frente tinha sido alargada e substituída por grade de enrolar de ferro. Pilares e vigas de concreto, improvisados nos fundos do térreo, para sustentar desabamento iminente. No telhado, peças apodrecidas ou substituídas por outras de seção insuficiente, parte das telhas quebradas ou em cacos, causando sérias infiltrações, e instalações domiciliares improvisadas e imprestáveis".

Concluído o trabalho de levantamento arquitetônico, foi executada uma estrutura de concreto sobre fundações diretas no corpo do sobrado, para atender às solicitações de áreas estabilidade e segurança do edifício e um acréscimo lateral em pilares de ferro e laje de concreto coberta por telhas de amianto onduladas. Foi conservada a divisão original do pátio e refeita a escada de acesso para a cozinha. O térreo e a parte da frente do pavimento

superior, ligados por escada metálica, foram adaptados para o funcionamento da agência bancária com seus serviços próprios. A entrada se faz através de uma galeria proposta para atender a legislação de segurança, que exige apenas uma entrada para o público.

No salão da frente, os pilares são externos às paredes de pedra e cal e no restante do prédio, embutidos. O madeiramento do telhado e mais da metade das telhas foram substituídas por outras também antigas, obtidas na região. No restante do sobrado ficou instalada a residência do gerente, com entrada independente.

O projeto foi executado observados o correto atendimento à proposta de novo uso para o sobrado, com utilização de processos e materiais que evidenciam claramente a intervenção realizada, e a manutenção das relações de espaço livre, volume construído e aspectos característicos do local onde o imóvel está situado.

POUSADA DO CONVENTO DO CARMO COMEÇA A FUNCIONAR EM 1983

A Pousada do Convento do Carmo, em Cachoeira (BA), deverá entrar em funcionamento no primeiro semestre de 1983, segundo determina convênio assinado, em março passado, entre o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC e a Empreendimentos Turísticos da Bahia SA - EMTUR. Os trabalhos de restauração e adaptação do imóvel foram iniciados em abril e contam com recursos da SPHAN/Pró-Memória e da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.

A Pousada do Carmo, que terá 41 leitos e um auditório com capacidade para 65 pessoas, visa dotar Cachoeira-depois de Salvador, a cidade baiana que detém os mais belos e significativos monumentos arquitetônicos de período colonial brasileiro (SPHAN nº 9, pág 7) - de uma infraestrutura hoteleira capaz de atender o crescente fluxo de turistas. O projeto de restauração e adaptação do Convento do Carmo foi concluído em 1978 pela Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia, através do Programa de Restauração e Aproveitamento do Patrimônio e Monumentos de Salvador, e pelo Grupo de

Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbana da Universidade Federal da Bahia.

O Convento, fundado em 1688, será totalmente restaurado. Para recompor a sua fachada será utilizada a gravura reproduzida por Mello Moraes em "Brasil Histórico". A cobertura do imóvel deverá ser refeita. As telhas antigas serão utilizadas como cobertura e as novas como calha. Todas as telhas serão fixadas às ripas por meio de "gatos" de cobre ou ferro zincado. Os assoalhos serão refeitos com madeira de cor clara. Somente no último andar será colocado forro nos apartamentos e treliças nos sanitários. O piso do andar térreo, interna e externamente, será de cerâmica. As paredes receberão acabamento rústico, tipo sarrafiado, como nas construções coloniais. Os sanitários serão revestidos com epoxi e a cozinha azulejada até o teto.

Paralelamente aos serviços comuns serão realizados os serviços especiais de abertura de trincheiras em todo o pavimento térreo, para pesquisa de antigas pavimentações e fundações; serão realizadas a limpeza e a restauração dos azulejos da igreja e, no andar superior, será aplicado fiber-glass nos pavimentos dos sanitários. Ao final dos trabalhos, o Convento será pintado de branco no exterior, as molduras, cercaduras e cunhais serão de cor areia, as esquadrias de verde escuro, as grades de ferro na cor grafite, as paredes internas brancas e os forros na cor da madeira.

CEARÁ FAZ RENASCER O TEATRO MUNICIPAL DA RIBEIRA DOS ICÓS

Totalmente recuperado e em pleno uso, o Teatro Municipal da cidade de Icó, no interior cearense, é hoje uma edificação representativa da história local e um dos valores culturais a preservar, dentre os muitos existentes no país. Também denominado Teatro da Ribeira dos Icós, o monumento é um exemplar neoclássico, projetado em 1860 pela inspiração de Pedro F. Théberge, um médico francês radicado no interior cearense desde 1845. Théberge foi também um dos responsáveis pela atuação de combate contra a cólera-morbus no Ceará (1862). Escreveu o livro *Esboço Histórico sobre a Província do*

Ceará, publicado em 1869 por seu filho, Henrique Théberge, e reeditado em 1973 pela Secretaria de Cultura do Ceará.

Remanescente da fase áurea de Icó como centro de atividade econômica baseada na criação do gado, no cultivo das vazantes e no comércio, durante o final do século XVIII até 1877, o Teatro assistiu aos períodos de efer-



Arquivo SPHAN

vescência e declínio vividos por Icó no passado.

Setenta e cinco anos depois de inaugurado, o imóvel, em face do precário estado de conservação, é recuperado e parcialmente reformado, de 1934 a 1935, durante as gestões dos prefeitos Walfrido Monteiro Sobrinho e José Pereira Curado. A construção do piso de cimento em placa de duas cores, a reconstrução das alas esquerda e direita em alvenaria, o levantamento de uma fachada posterior, a construção de parapeitos e retoques na fachada principal do prédio são algumas melhorias apontadas pelo jornal *O Povo*, a 17 de abril de 1935, em nota sobre a recuperação do Teatro de Icó. Os trabalhos foram concluídos a 16 de maio de 1935.

O Teatro Municipal de Icó, após o período em que serviu de forma adaptada a exposições de filmes, conheceu fase de completo descaso. Infrutíferas foram as tentativas de obtenção de verbas para a restauração do prédio. Em 1978, a então Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, através de sua Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, propôs à Secretaria de Planejamento da Presidência da República projeto de recuperação do imóvel. Desta proposta resultou o convênio celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará. Assim, com recursos do Programa de Cidades Históricas e da Prefeitura Municipal de Icó, têm início em 1979 as obras de restauração

do Teatro, concluídas em outubro do ano passado, quando foi realizada uma grande festa para comemorar a reabertura da criação de um médico francês que viveu no Ceará.

OBRAS DE EMERGÊNCIA IMPEDEM O DESABAMENTO DE CAPELA NA BAHIA

Estão concluídas as obras de estabilização e restauração executadas em caráter de emergência na Capela de Nossa Senhora das Neves, localizada na Ilha da Maré, município de Salvador, na Bahia. Os trabalhos tiveram início em dezembro do ano passado, sob a responsabilidade da 4ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória.

O desabamento das alas laterais dos telhados da Nave e Capela-Mor justificaram o caráter de emergência das obras. O projeto teve por objetivo a recomposição total dos telhados, da abóbada e do Arco Cruzeiro. Também foi realizada a estabilização geral das estruturas em alvenarias de pedra, das coberturas da Nave e da Capela-Mor, além da impermeabilização das estruturas, novos telhamentos e consolidação geral da lesão existente na estrutura da alvenaria de pedra do arco Cruzeiro.

O imóvel, cuja construção remonta ao século XVI, foi tombado pela SHAN/Pró-Memória e encontrava-se em péssimo estado de conservação. Com o desabamento parcial do monumento, tornou-se necessária a intervenção imediata na Capela, a fim de serem evitados danos maiores que viessem resultar na perda total do prédio. Restaurada, a Capela de Nossa Senhora das Neves serve agora de local para cultos religiosos e a sua manutenção está sob a responsabilidade da Arquidiocese de Salvador.

SOLAR DA BARONESA SEDIA ESCOLA DE MÚSICA EM SÃO LUÍS

O Solar da Baronesa de São Bento, em São Luís, abriga agora a sede da Escola de Música do Estado do Maranhão, inaugurada no dia 26 de maio passado. O imóvel, um significativo exemplar de construção do século XIX, foi totalmente restaurado e adaptado para desempenhar as suas novas fun-

ções, pela Fundação Cultural do Maranhão com o apoio financeiro do Programa de Cidades Históricas.

Em 1977, quando foi adquirido pelo Governo maranhense e repassado para a Fundação Cultural do Estado, o imóvel abrigava uma residência coletiva de estudantes. No final de 1979 e início de 1980, a Fundação resolveu restaurar e adaptar o Solar para ser a sede da Escola de Música. Para tanto, elaborou um projeto, através da equipe técnica do seu Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico, e assinou convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no âmbito do Programa de Cidades Históricas.

Quando partiu para fazer o levantamento arquitetônico do monumento, a Fundação Cultural constatou o seu péssimo estado de conservação, apesar da fachada e interior do prédio não terem sofrido qualquer intervenção descaracterizadora. Diante dos estragos, tornou-se necessária uma completa restauração do Solar, situado nas proximidades da área do Ribeirão, tombada pelo então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em face do expressivo acervo histórico, arquitetônico e paisagístico, que representa para São Luís. Considerado um prolongamento da área do Ribeirão, o Solar da Baronesa de São Bento encontra-se no centro da capital maranhense, usufruindo de toda a estrutura e condições de acesso e meios de transporte.

O imóvel difere de um modo geral dos monumentos históricos de São Luís, os quais são representados pelos seus conjuntos. Trata-se de um magnífico exemplar isolado, cercado de outras edificações de sua época. O Solar da Baronesa de São Bento foi construído em 1831, pela família do comendador José Maria Corrêa de Souza. A partir de 1841, funcionou, por vários anos, como o primeiro colégio regular que teve a Província do Maranhão - o Colégio Episcopal de Nossa Senhora dos Remédios.

Quando efetuou-se a mudança do colégio, o imóvel passou a ser ocupado pela família de Francisco Mariano Viveiros Sobrinho, agraciado em 1853 com o título de Barão de São Bento. A posse do Solar ficou em poder da família do barão até 1957, quando foi vendido em leilão. A partir

dessa época, o imóvel passou a servir de residência para estudantes, sendo então adquirido, em 1977, pelo Governo do Maranhão, que o entregou à Fundação Cultural do Estado, para restauração e uso. Agora, o Solar da Baronesa de São Bento abriga as instalações da Escola de Música do Estado do Maranhão.

COMUNIDADE DE MARIANA RECEBERÁ CASA DE CULTURA RESTAURADA



Ivan Carvalho Melo

A comunidade de Mariana (MG) receberá em breve a Casa de Cultura e sede da Academia Marianense de Letras, cujas obras de restauração foram concluídas em março passado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, dentro do Programa de Cidades Históricas e em convênio com a SPHAN/Pró-Memória. A restauração envolveu trabalhos arquitetônicos, de engenharia, pintura, demolição e limpeza. Entre outros serviços executados, constam os de instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas e de combate a incêndio, demolição de alvenaria e revestimento, pintura preservativa dos forros, pisos, janelas, portas e cimalhas, complementação da rede de esgoto e colocação de todo o material necessário ao perfeito funcionamento da edificação.

O imóvel, que faz parte do acervo arquitetônico e paisagístico de Mariana, pertenceu até 1730 ao mestre-de-campo Rafael da Silva e Souza, que naquele ano o vendeu à Fazenda Real, passando a servir de residência ao primeiro intendente, Antônio Rodrigues de Macedo, nomeado em outubro de 1736. Desta data até 1760, o prédio serviu simultaneamente de moradia do intendente e de repartição arrecadadora dos produtos da captação, do confisco de escravos, das arrematações em praça

pública e de tudo quanto entendia com o ouro destinado ao erário régio.

Depois de 1760, o imóvel voltou a ser propriedade particular, desta feita pertencente por quase um século à família Souza Novais. Em 1947, ainda de propriedade dos herdeiros do coronel Eleutério de Souza Novais, foi adquirido pelo Governo do Estado e depois cedido à Academia Marianense de Letras, ali instalada em 18 de julho de 1969, juntamente à Casa de Cultura. A construção do prédio é anterior a 1730.

CASA DO BISPO NO RIO DE JANEIRO, RECEBE RECURSOS PARA RECUPERAÇÃO

A Fundação Nacional Pró-Memória e a Fundação Roberto Marinho assinaram convênio visando a alocação de recursos financeiros para o projeto de restauração da Casa do Bispo, no Rio de Janeiro. O convênio, que envolve recursos da ordem de Cr\$ 16.700.000,00 (dezesesseis milhões e setecentos mil cruzeiros), conta com a interveniência da Sub-secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC (SPHAN), da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro e da Mitra Arquiepiscopal do Rio.

Assinaram o documento Aloísio Magalhães, Secretário da Cultura do MEC; Roberto Marinho, Arnaldo Niskier; Secretário de Educação e Cultura do Rio e Abílio Ferreira da Nova, pela Mitra. O convênio tem prazo de vigência de dez anos, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA ASSINA NOVOS CONVÊNIOS DE RESTAURAÇÃO

A Fundação Nacional Pró-Memória assinou três contratos com empreiteiras, para a alocação de recursos financeiros visando a restauração e conservação de igrejas nos municípios de Salvador e Jacobina, no Estado da Bahia. Os contratos, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil cruzeiros), contam com

a interveniência da SPHAN.

Em Salvador, os recursos se destinarão às obras de estabilização e restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. O contrato com a firma Rescon - Restauração e Conservação Ltda tem prazo de vigência de 300 dias corridos, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

Duas obras serão executadas em Jacobina, a da Igreja Nossa Senhora da Conceição e da Capela do Bom Jesus da Glória. Os contratos para a execução dos trabalhos, sob a responsabilidade da empreiteira Irmão Santos e Cia Ltda, têm prazo de 150 dias cada um, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

Um outro contrato foi firmado pela Pró-Memória com a firma Aresta Arquitetura e Restauo Ltda, para a primeira etapa das obras de conservação e restauração da Casa de Câmara e Cadeia, em Lapa, no Estado do Paraná. O contrato envolve recursos da ordem de Cr\$ 5.276.001,54 (cinco milhões, duzentos e setenta e seis mil, hum cruzeiro e cinquenta centavos) e tem prazo de vigência de 120 dias, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

Em São Paulo

A Pró-Memória assinou com o Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, a Prefeitura Municipal de Itu e a Província Carmelitana de Santo Elias convênio de cooperação financeira com a finalidade de executar obras de restauração da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, em Itu. O convênio envolve recursos da ordem de Cr\$ 4.516.496,40 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e noventa e seis cruzeiros e quarenta centavos) e tem prazo de vigência de 10 anos, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

Outro convênio foi firmado com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes e a Cúria Diocesana daquela cidade paulista, com o objetivo de alocar recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento, para o projeto de restauração das Igrejas da Ordem Primeira e Terceira de Nossa Senhora do Carmo. O valor do convênio é de Cr\$ 6.668.315,00 (seis milhões, seis-

centos e sessenta e oito mil, trezentos e quinze cruzeiros) e tem prazo de vigência de 10 anos, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

CASA DO BARÃO E PAÇO IMPERIAL DE PENEDO (AL) TÊM VERBAS

A Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória) e o Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas (SERVEAL) assinaram, em abril, dois convênios visando a execução de projetos de restauração na cidade de Penedo. Os convênios, no valor total de Cr\$ 4.691.739,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e nove cruzeiros), contam com a interveniência da SPHAN - Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Prefeitura Municipal de Penedo.

Um dos convênios, no valor de Cr\$ 2.982.428,00 (dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e oito cruzeiros), é destinado ao projeto de complementação do Paço Imperial de Penedo e tem prazo de vigência de cinco anos, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União. Outro convênio visa a alocação de recursos financeiros para a complementação das obras de restauração da Casa do Barão de Penedo, no valor de Cr\$ 1.709.311,00 (hum milhão, setecentos e nove mil, trezentos e onze cruzeiros). Como o primeiro, tem prazo de vigência de cinco anos, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

Os convênios foram assinados pelo Secretário da Cultura, Aloísio Magalhães; diretor da SERVEAL, Marcos Antônio da Rocha Vieira, e pelo prefeito de Penedo, Raimundo Marinho.

ALEIJADINHO É TEMA DE CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS

Dentro das comemorações do 250º aniversário do nascimento de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, a Prefeitura Municipal de Congonhas instituiu um concurso cujo tem é O

Aleijadinho e a Cidade dos Profetas, com o objetivo de despertar maior atenção para os valores culturais do país e, ao mesmo tempo, coletar a maior quantidade possível de dados sobre a vida do Aleijadinho, correlacionados com a *Cidade dos Profetas*. As inscrições para o concurso estão abertas e se estenderão até o próximo dia 15 de julho.

O concurso tem amplitude nacional e apresenta duas modalidades: A, para quaisquer participantes e B, destinada exclusivamente a estudantes de 1º e 2º graus. As monografias deverão ser entregues pessoalmente na Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Congonhas ou enviadas pelo correio (sob registro AR), observando-se o seguinte endereço: Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Congonhas, Concurso: "O Aleijadinho e a Cidade dos Profetas", Caixa Postal nº 52, Congonhas-MG, CEP 36.404.

A Comissão Julgadora fará o seu pronunciamento até o dia 20 de agosto, e os prêmios, bem como os diplomas correspondentes, serão conferidos e entregues pela Prefeitura, em solenidade pública, no dia 29 de agosto.

CURSO VAI ABORDAR RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS

A SPHAN e a Universidade Federal da Bahia vão oferecer, a partir de outubro deste ano, um curso a nível de pós-graduação em conservação e restauração de monumentos históricos. O curso será ministrado em Salvador e se dirigirá a profissionais vinculados a entidades públicas relacionadas à preservação de bens culturais. Os interessados deverão solicitar maiores informações à professora Maria do Socorro Targino Marinez - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - Rua Caetano Moura, nº 121 - Federação - Salvador - Bahia.

LIVROS E TESES

GEISEL, Amália Lucy & LODY, Raul – *Artesanato Brasileiro – Rendas*, Rio, Funarte, 1981.

Este livro é o segundo lançamento do Projeto de Artesanato Brasileiro desenvolvido pela Funarte, sob a coordenação de Amália Lucy Geisel e Raul Lody. O primeiro tratou das técnicas do artesanato em geral e o próximo deverá falar ainda sobre tecelagem. "Artesanato Brasileiro – Rendas" indica os pólos de produção das rendas, o modo como elas são feitas e também explica os cinco tipos de rendas encontradas nas diferentes regiões do Brasil. Ilustrado com reproduções em cores e preto e branco, apresenta uma parte histórica, uma bibliografia e trata dos problemas do artesanato de renda hoje, no Brasil. Como dizem os coordenadores do projeto, o livro pretende atingir o leitor comum, para que ele conheça o artesão, suas condições de vida e processo de trabalho.

No caso das rendas, existem dois tipos no Brasil, nucleados no litoral ou no interior – beira de rios – confirmando um ditado popular segundo o qual "onde há redes há rendas". O primeiro tipo é constituído pelas rendas de bilro – pequenos bastões de madeira onde a linha é presa e o desenho é fixado numa almofada; o segundo tipo compõe-se das quatro variedades da renda feita com agulha. Estas são o labirinto ou crivo, a renda de filó, o rendendê e a renda irlandesa.

ANUÁRIO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Ouro Preto, Museu da Inconfidência, 1979, v. 6.

O Anuário do Museu da Inconfidência vem cumprindo papel importante na divulgação de artigos e pesquisa documental da História de Minas Gerais. Neste volume o destaque é "A Música na Irmandade de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados" da autoria de Francisco Curt Lange, pesquisador dedicado ao estudo da História da Música na Capitania de Minas Gerais. O texto oferece informações não só àqueles que se dedicam à música e sua história, como também aos estudiosos de outros aspectos de nosso passado. Outro

tema tratado nesse volume é o ensaio de Cássio Lanari sobre o Livro de Registro de Fatos Notáveis da Câmara de Mariana e da Memória de 1790, resultado de pesquisas em arquivos portugueses. Os próximos números do Anuário deverão ser publicados pela Coordenadoria de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais.

DIVERSOS AUTORES - *Revista da Universidade Federal de Mato Grosso*, Cuiabá, Editora Imprensa Universitária, 1981.

A publicação tem por objetivo informar e integrar às atividades e empreendimentos da Universidade Federal de Mato Grosso a comunidade cuiabana e outras instituições de ensino superior. A revista, editada quadrimestralmente a partir do ano X da criação da UFMT, traz um série de artigos e ensaios de docentes e funcionários da própria Universidade. Em seu primeiro número, a publicação encadeia artigos que versam desde relatos históricos da criação da UFMT, trabalhos que descrevem as unidades que a compõem, resultados de trabalhos científicos, curiosidade e peculiaridades da região que sediou, anteriormente, a capital do Estado de Mato Grosso, até a caracterização do Projeto de Interiorização da UFMT.

PENTEADO, Yara Maria Brum. *A Condição Urbana: estudo de dois casos de inserção do índio na vida citadina*. Tese de pós-graduação em Antropologia da UnB, maio, 1980.

A tese procura discutir o processo de urbanização do índio brasileiro, através de estudo com membros de dois grupos indígenas que vivem essa experiência, os Terena nas cidades de Aquidauana e Campo Grande (MS) e os "Cambas" – Chiquitanos, em Corumbá (MS). Com esse estudo, a autora se propõe contribuir para a compreensão de questões tais como a forma de relação que se estabelece entre índios e brancos; as motivações e compulsões que trazem o índio para a cidade; a assimilação de valores urbanos e pelo ín-

dio recém-chegado e as conseqüências sobre sua identidade étnica; a inserção da mão-de-obra indígena no mercado de trabalho urbano; as representações que brancos e índios fazem um do outro, como forma de entender e exprimir as relações que se estabelecem entre ambos. O último tópico trata dos mecanismos pelos quais essas representações são geradas e internalizadas – a escola, como um dos principais. Através da análise de redações de alunos de I e II Graus sobre o índio, pode-se apreender a construção de conteúdos contraditórios sobre o índio se passados por compêndios de H. Brasil.

LIMA, Maria Eula Braz - *A Literatura de Cordel - Leitura sócio-literária do texto*. Tese de pós-graduação no Departamento de Letras e Linguística da UnB, novembro, 1980.

Trata-se de uma tentativa de verificação da possibilidade de vinculação da chamada "Literatura de Cordel" ao contexto maior da Literatura Brasileira. Para tanto, a autora analisa seus aspectos sócio-literários em duas abordagens, uma sobre o contexto histórico-cultural e outra sobre o significado literário e social do cordel. Na primeira parte sobressai a análise da sobrevivência da literatura de cordel, manifestação típica do Nordeste, na sociedade urbana.

WIMER, Günter - *A Arquitetura da Imigração Alemã*. Tese de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. O que acontece quando duas culturas diferentes entram em contato mútuo? Mais especificamente, o que se passa quando duas culturas arquitetônicas se defrontam numa mesma extensão territorial? Este é o tema central da dissertação de mestrado que o arquiteto Günter Weimer, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, apresentou, no início deste ano, na PUCRS. As preocupações com este tema são recentes: no período de entre-guerras, ele

teve grande desenvolvimento entre nós, a partir das discussões em torno da teoria da aculturação, através da qual se proclamava em alto e bom som que todas as culturas ádvenas deveriam ser extirpadas a bem da nacionalidade brasileira. Com a ascensão do nazismo, a proclamada e desejada arianização do povo brasileiro sofreu uma série inversão: o alemão passou de herói a vilão e a ser visto como uma ameaça à integridade nacional.

Em sua dissertação, Weimer retoma o tema da confrontação entre as culturas alemã e nacional e o examina sob o prisma da arquitetura, sem a carga emocional dos tempos de guerra.

Quando se trata do tema da imigração, geralmente se começa pela chegada dos imigrantes. O autor foi além. Começou por caracterizar a sociedade alemã, em seu ambiente original: sua vida social, sua aldeia, suas formas de relações. Depois estudou as tensões que surgiram ao longo do século passado que levaram à emigração. Do contingente emigrante, só pequena parte se dirigiu ao Rio Grande do Sul. Caracterizado

este contingente, o autor começou a estudar a arquitetura alemã nos locais de onde saíram os imigrantes.

Chegados ao Brasil, começaram a construir suas primeiras cabanas que vão evoluindo para estruturas de madeiras (enxaimel) e de pedra, que o autor estuda em diversas situações tipo: em grandes colônias homogêneas, ou pequenas colônias isoladas. Com meticulosidade germânica, foram levantadas 24 construções que são apresentadas em quase 100 pranchas que ilustram o texto.

Ao final do seu trabalho, o autor faz uma análise em que chega à conclusão que o imigrante tentou aqui reconstruir, em sua propriedade, sua aldeia de origem. Mas como as condições infra-estruturais eram totalmente diversas, esta tentativa foi frustrada, e, assim, sem aperceber-se, o imigrante criou uma nova arquitetura, totalmente original, que se ainda não encontrou acolhida nos tratados oficiais da arquitetura brasileira, nem por isto deixa de ser brasileiríssima em sua forma e conteúdo.

Primeiro Ciclo de Palestras sobre Patrimônio Cultural de Porto Alegre - 23 a 29 de março de 1979 - Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - Porto Alegre - RS - 1979.

Publicação das conferências realizadas no 1º Ciclo de Palestras sobre Patrimônio Cultural de Porto Alegre, realizado de 23 a 29 de março de 1979, numa promoção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre.

Os conferencistas debateram durante sete dias com a comunidade portoalegrense os conceitos de Patrimônio Cultural, na sua amplitude. Os resultados das discussões estão sendo usados agora como subsídios para estudos e programação do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos órgãos oficiais responsáveis pelo Patrimônio gaúcho.

CARTAS

MÚSICA

"... Saíram nos últimos tempos o meu volume I da História da Música na Capitania Geral das Minas Gerais, pelo Arquivo Público Mineiro; o II enchendo praticamente o volume VI do Museu da Inconfidência; o III e o IV estão editados pelo Conselho de Cultura do Estado de Minas Gerais, devendo sair o III ainda esta ano e o IV no vindouro. Tenho, naturalmente, mais volumes a seguir e se vocês pudessem me ajudar, poderia entregar o V daqui a uns dois meses (são 12 no total). Não pretendo absolutamente nada, não sendo a entrega de uns 120 exemplares aos meus colaboradores distribuídos pelo mundo. O volume seria um bocado maior ao que dedicaram ao Langsdorff, intitula-se "O Senado da Câmara de Vila Rica e a Música", debaixo do título geral de cima: "História da Música na Capitania Geral das Minas Gerais...". Prof. Dr. Francisco Curt Lange - Instituto

Interamericano de Musicologia - Ministério de Relaciones Exteriores - Montevideo - Uruguay.

N.R. - Solicitamos ao Prof. Dr. Francisco Curt Lange entrar em contato com José Laurênio de Melo, responsável pelo Setor de Editoração da SPHAN/Pró-Memória. O endereço é Rua da Imprensa, 16, 8º Andar, CEP: 20.030 - Rio de Janeiro - RJ.

INTERESSE

"Tenho especial interesse em conhecer o extraordinário trabalho desenvolvido pela Fundação Pró-Memória, visando a reativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Gostaria de conhecer também outros esforços de preservação da memória ferroviária e de que maneira se pretende contar com a colaboração individual e comunitária. Antecipo meus agradecimentos: cordialmente". Humberto Marco Dias Maciel - Belo Horizonte - MG.

N.R. - Estamos enviando todo o material informativo acerca do Projeto "Memória Histórica da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré". A partir de agora, os contatos poderão ser feitos diretamente com o coordenador do referido Projeto, prof. José Silva Quintas, SCN Quadra 2 - Bloco K - 70.710 - Brasília DF.

"Servimo-nos do presente para comunicar à V.Sa, que a 2ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória encontra-se instalada em novo endereço, a saber: Rua das Barrocas nº 125 - São Luís MA - CEP 65.000 - Fone: 222 0476...". Ivan Celso Furtado da Costa - Diretor Regional - São Luís-MA.

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - 70.710 - Brasília, DF. Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.